

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

ATA N. 09, DE 28.11.2014

I – PRELIMINARES

No dia 28 de novembro de 2014, pelas 20h50, nos Paços do Município, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM) de Castelo de Paiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Intervenção do público.
2. Atas das sessões da AM de 27.06.2014 e de 20.09.2014.
3. Assuntos gerais de interesse autárquico (período de antes da ordem do dia), incluindo a votação da proposta apresentada na sessão anterior sobre a extinção da Comarca de Castelo de Paiva e desqualificação da acção da justiça em Castelo de Paiva.
4. Informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.
5. Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o Ano de 2015 (apreciação e deliberação)
6. Fixação de percentagem de Participação no IRS sobre os rendimentos para o ano de 2015 (apreciação e deliberação).
7. Lei dos Compromissos e pagamentos em atraso – Listagem de Compromissos Plurianuais de 14.07.01 a 14.09.30 (3º. Trimestre). Tomada de conhecimento.
- 7.A) Apreciação da conduta do Presidente da Assembleia Municipal perante o pedido do GM-PSD de lhe serem entregues cópias das gravações áudio das reuniões e sessões já realizadas, efetuado em 17.04.2014 e reiterado em 07.05.2014 (artº. 54º., nº. 2 do Regimento) e posição da Assembleia Municipal quanto ao pedido. Apresentação de propostas. Votação.
8. Intervenção do público.

Participaram os membros: António Gouveia Coelho, Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre, José Vieira Gonçalves; Manuel António da Rocha Pereira, José António da Costa Moreira da Rocha, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, António da Silva Pinto, Giselda Martins de Sousa Neves, Ângelo Soares Fernandes, Fernando Rodrigues Alves, Abel Duarte Barbosa, Cátia Cristina Gomes Rodrigues, Ricardo Jorge Martins Alves, António Pedro Maldonado Martins Carvalho, Maria Alcina Gonçalves Correia; José Duarte Sousa Rocha; José Manuel Lopes de Almeida, Maria Manuela de Sousa Moreira, Marta do Rosário Martins Moreira Teixeira; José Miguel Alves Nogueira, Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira, Mónica Sofia Gomes da Rocha em substituição do Presidente da União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, José António dos Santos Vilela, António

Filipe Moura Fernandes, Vítor Manuel Quintas Pinho, Joselina Maria Barbosa Fernandes Casaca, e Maria Deolinda Martins Sousa em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho.

Da Câmara Municipal (CM) participaram: o Presidente, Gonçalo Rocha e os Vereadores José Manuel Carvalho, Manuel Joaquim Correia Almeida Junot da Silva, e Vanessa Pereira.

Presidiu Gouveia Coelho, assessorado pelos secretários eleitos Carla Freitas e José Vieira.

Pediram a suspensão de mandato os Membros: Ricardo Costa Moreira. A AM nada opôs à requerida suspensão e aceitando que, então, em vez daquele, participasse na sessão o substituto José Miguel Alves Nogueira (o primeiro suplente da lista em que aquele tinha sido eleito); Manuel da Costa Moreira da Rocha Correia, por motivos de saúde. A AM nada opôs à requerida suspensão e aceitando que, então, em vez daquele, participasse na sessão o substituto Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (primeiro suplente da lista em que aquele tinha sido eleito).

O Presidente da AM declarou aberta a sessão às 20.50h.

1.- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Manuel Moreira Rodrigues (Neca Rodrigues), residente em Pedorido, começou por referir que a carta que entregou na Mesa provava que o convite para participar na sessão da AM, de 30 de Setembro, chegou à sua mão passados 2 dias, após a realização da mesma. Ficavam assim provadas como justas as críticas feitas por si ao Sr. Presidente da AM, mas também ficou provada a injustiça das acusações que o Presidente da AM fez, bem como o cariz ofensivo calunioso e difamatório das mesmas. Tornava-se, pois, imperioso que na AM defendesse a sua honra e dignidade que o Presidente da AM espezinhou e arrastou pelo chão. Bastava recuar pouco tempo para se constatar que a Presidência da AM não tinha estado à altura da dignificação da mesma e que tão afincadamente defenderam nas últimas eleições das autarquias locais. De forma serena e esclarecedora, deveria procurar o porquê daquelas acusações, porque o Sr. Presidente da AM, em vez de promover o diálogo franco e aberto, assumia uma postura intransigente que levou já um elemento do seu partido a acusá-lo, na sessão de 26 de Fevereiro, de “usar uma linguagem fascista e reclamar para si decisões dignas de um ditador”, estava a citar. Em vez de dar lugar à crítica lúcida e positiva, reagia com ar ameaçador, como fez na AM de 26 de Fevereiro, com o líder da bancada do PSD e com o líder da bancada do seu próprio partido, e interrompendo a intervenção daquele com modos nada civilizados, deixando-o longo tempo a fazer o papel de “estátua viva”. Em vez de promover a cordialidade e o apaziguamento, interrompia os trabalhos da AM, sem motivo e com modos ameaçadores conforme fez na sessão de 26 de Fevereiro, e isto para não falar na falta de respeito para com os deputados e público, no que concerne ao

reinício dos trabalhos. Em vez de dar tempo ao esclarecimento e à retidão das críticas, reage com provocações insinuações e difamações, tal como tinha feito com ele na sessão de 20 de Setembro, não se coibindo de o acusar de enfileirar um grupo conspirador. Em vez de incentivar a participação coletiva, atrofiava e desencorajava a mobilização tal como fez na sessão de 20 de Setembro a membros do Movimento da Ponte Centenária de Pedorido, invocando um pseudo e sinistro estatuto, de que tinham sido eleitos e eles não. Em vez de dar largas à coerência e à verdade, vitimizava-se e dava corda à teoria da conspiração, como fez com ele na sessão de 20 de Setembro, ao acusá-lo de que queria atirar o secretário para cima do Presidente da AM. Porque, em vez de se congratular com a nobreza e ética dos atos, barafustava e disparatava, tal como fez na sessão de 20 de Setembro, ao membro da AM, Dr. Ricardo Jorge, por este ter manifestado solidariedade na forma grosseira como ele foi tratado pelo Presidente da AM. Dirigiu-se aos Srs Membros da Mesa e aos Srs. Deputados para dizer que o resumo do exposto e à luz dos preceitos constitucionais dos imperativos legais e institucionais, do respeito pela convivência democrática e dos deveres e direitos de cidadania, o Presidente da AM já não reunia condições para exercer o cargo com a legitimidade que a lei exigia e que os paivenses mereciam e reclamavam.

José Nunes, residente em Gração, Sobrado, começou por referir que mais uma vez vinha falar da questão da saúde em Castelo de Paiva, porque lhe parecia que tinha parado. Questionou a AM se estava contente com o sistema de saúde praticado em Castelo de Paiva. Pois, não tinham sequer um posto de socorros, se alguém se magoasse e precisasse de levar dois ou três pontos tinha que se deslocar a Penafiel. Referiu que dois presidentes dos concelhos de Baião e Resende estavam a tentar manter o seu centro de saúde aberto, durante a noite. Já tinham proposto darem 180 mil euros para o manterem aberto e fizeram uma providência cautelar nos respetivos tribunais das comarcas para que se interrompesse o encerramento daqueles serviços. Questionou o Executivo e os Membros da AM o que tinham feito para travarem o encerramento do Centro de Saúde. Que pelas promessas que fizeram há muitos anos, só fechariam o Centro de Saúde quando houvesse acessibilidades, e até podia ser um dos motivos para que apresentasse uma providência cautelar para que não se fechasse o Centro de Saúde. Pela justiça fizeram tudo, deslocaram-se a Lisboa, à Assembleia da República, vieram a Castelo de Paiva advogados, deputados, o bastonário da Ordem dos Advogados, mas pela saúde nada fizeram e a realidade é que não tinham sequer um posto de socorros. Quanto ao Orçamento que ia ser aprovado pela AM, queria sensibilizar todos, porque havia uma verba que era uma perda de receita do Executivo sobre o IRS. Aquela receita era destinada aos ricos, aos que mais tinham e aos mais beneficiados. Estava convencido que em Castelo de Paiva nem 20% da população recebia IRS e os que recebiam muito mais recebiam. Porque, aqueles que ganhavam até 600 euros pouco ou nada recebiam. Gostava que se fizesse uma estimativa de quantos paivenses recebiam IRS para que fosse

deduzido um valor de 35 mil euros. Aquele valor poderia ser aproveitado para outra coisa, poderia ficar distribuído por setores, como por exemplo o apoio à juventude, o apoio ao desporto ou ao transporte solidário. Mas estava feliz, porque leu n””O Jornal de Notícias” que foi atribuído o prémio de “Jovem Empreendedor da Associação Nacional de Jovens Empresários” a uma jovem paivense, pelo trabalho que desenvolveu sobre o diagnóstico do cancro. Os paivenses deveriam estar orgulhosos, porque certamente aquela jovem até tinha sido apoiada pela CM com as bolsas de estudo. Havia, ainda, outros jovens no desporto que tinham sido campeões no Taekwondo que poderiam ser candidatos a provas olímpicas, assim como os campeões de atletismo do Grupo Desportivo de Castelo de Paiva, se tivessem algum apoio ou alguma bolsa. Solicitava que tivessem em atenção os jovens de Castelo de Paiva. Pedia ao Executivo aquele apoio, porque sabia que no Orçamento havia verbas que não eram gastas na totalidade e que se determinassem uma certa verba para apoio aos jovens que podiam num futuro próximo serem campeões nas suas áreas e que fossem graduados como a jovem Paula de Melo Alves. Solicitou à AM que apresentassem um voto de louvor àquela Jovem.

Presidente da AM referiu que em defesa à dignificação da AM e quanto à intervenção do Sr. Neca Rodrigues, abstinha-se de responder à sua linguagem nos mesmos termos, queria dizer-lhe que o colocava noutra nível de educação e de capacidade de intervenção. Que não ia responder àquele tipo de linguagem que definia quem intervinha e ao que vinha. Tinha acabado de confirmar aquilo a que tinha chamado conspiração. Quando disse que o Presidente da AM tinha ficado inabilitado para presidir à AM, mereceu um apoio do PSD. Achava estranha aquela aliança, mas estavam atentos e tinha a certeza e convicção que não era aquela a opinião dos paivenses quando exerceram o seu direito de voto. Quanto ao respeito pelas pessoas e organizações, o Presidente da AM, carregado de tantos defeitos e acusações, numa linguagem absolutamente inadequada a seu ver, passou uma tarde inteira reunido com a Comissão da Ponte, onde Neca Rodrigues não esteve presente. Tinha-lhe parecido que os pares da dita Comissão tinham ficado muito agradados e satisfeitos. O Presidente da AM já tinha cumprido a promessa de realizar uma sessão no Couto Mineiro, foram visitar obras e foram sobretudo ouvir. Neca Rodrigues e companhia limitada disseram tudo aquilo que entenderam e nunca foram interrompidos, a não ser quando quiseram dizer que eles é que dominavam a AM, como se estivessem num comício, e aí não tiveram o direito de palavra e só naquela circunstância. Não podia deixar passar em claro as acusações ofensivas, que podia aparecer sempre que quisesse de preferência sem ser para insultar ou para denegrir. Se a carta chegou atrasada não era culpa da AM nem dos serviços. Em todo o caso a AM foi muito publicitada, houve um edital, toda a gente foi convidada, pela primeira vez foram convidados todos os ex Presidentes de Junta de Freguesia, todos tiveram direito à palavra e foi uma Assembleia participada. Mas não estava a dormir, sabia que tinha havido uma tentativa de boicote mesmo à

última da hora e donde menos esperava. Mas a AM realizou-se com dignidade e com êxito e, quer gostassem ou não, em democracia, quem decidia eram os eleitores e deviam todos respeito uns aos outros.

2. ATAS DAS SESSÕES DA AM DE 27.06.2014 E DE 20.09.2014.

Presente a ata da sessão ordinária da AM de 27.06.2014.

Ricardo Jorge referiu que aquela ata continha duas sessões, mas não podia concordar com a junção das duas sessões na mesma reunião porque a lei não o permitia, conforme estipulava o artigo 57º. nº. 1 da Lei 75/2013. Não concordava com a declaração de voto que o Presidente da AM tinha apresentado. Pois, a referida ata não relatava tal e qual o que se tinha passado, fazia apenas uma referência e na gravação constava que o Presidente da AM tinha dito que não se recordava se tinha havido alguma declaração de voto na reunião anterior, mas tinha havido um período para isso e tinha havido uma declaração de voto que constava na ata. Disse, ainda, que informava o plenário que apresentava uma declaração de voto sobre o Regimento e entregava na Mesa da Assembleia e que passavam ao ponto seguinte. Não concordava com aquilo, porque a declaração de voto tinha de ser lida e não deviam ter medo de ter opinião. O Sr. Presidente da AM tinha invocado, de forma abstrata, para ninguém perceber ao que se referia, deveria ter dito que era o nº. 2 do artº. 41 do Regimento e aí teriam percebido que não poderia ter feito o que fez. O Presidente da AM não leu a declaração de voto e nem sequer a apresentou até ao final da reunião e só a apresentou no início da reunião seguinte e na fase em que toda a gente ainda se estava a sentar. Na página 32, no final da reunião, e pela maneira como terminou com a indignação dos Membros que foram saindo, deixando o Presidente da AM a falar sozinho. Mesmo sem quórum, o Presidente da AM referiu que deveriam ser coerentes, que mantinha a sua opinião e a dada altura referiu que não era o seu entendimento e não era a sua tese. Apesar de ser uma frase curta, achava que deveria ficar na ata para que soubessem com o que deveriam contar. Mas, o mais grave era que a reunião tinha terminado de forma abrupta e por falta de quórum, e para além daquilo não constar da ata, ainda surgia que a reunião tinha sido suspensa e ainda tinha sido aprovada a minuta da ata. Perguntava a todos os membros se alguém tinha ouvido a leitura da minuta da ata e se a alguém a aprovou. O que constava na reunião era que o Presidente da AM tinha dito que interrompia os trabalhos e iriam marcar uma nova data para a AM. Todos percebiam por que razão estava redigida assim a ata, mas achava que não era a forma correta e que aquilo só vinha dar razão à intervenção do Sr. Neca Rodrigues, porque não era daquela forma que se dignificava a AM. Sobre a declaração de voto vinha um bocadinho ao arrepio daquilo que o Sr. Presidente da AM os tinha habituado, que era a frontalidade de opinião. Mas só pelo facto de ter um conjunto de afirmações que não eram verdadeiras, quando por exemplo dizia que tinha a esmagadora maioria da AM do seu lado, mas o que se tinha percebido era que nas votações as suas opiniões tinham sido rejeitadas. Tinha afirmações que eram

insultuosas, gratuitas e sem apontar o nome, porque quando dizia que havia um ou dois Membros da AM que urdiram uma quezília insensata, absurda e com fins não confessados, e apesar de serem vinte e tal, um ou dois estavam incluídos naquilo. Mas continuou e disse que os outros não se deviam rir porque aqueles estavam a ser levados e convencidos de forma inconsciente, por aqueles um ou dois. Como já tinha referido, o teor da declaração de voto não estava em causa, mas não concordava com o teor da ata como ela estava, nomeadamente da inclusão das duas reuniões e de uma votação que não existiu e a inexatidão quanto ao termo da sessão que foi por falta de quórum e não por encerramento e, por fim, por ter uma declaração de voto que era inadmissível.

Presidente da AM referiu que quanto à declaração de voto estava assinada por si e tinha sido entregue na Mesa. Pelo facto de terem entendido que passou a ser obrigatória a leitura das declarações de voto apresentadas na Mesa por escrito, mas não era esse o seu entendimento conforme constava no Regimento. Tinha entregado a declaração na Mesa e se alguém defendia que fosse lida e achasse que era obrigatório fazê-lo, então apenas se verificava a irregularidade da não leitura da declaração de voto escrita e não se justificava que não constasse da ata, mas iria constar. Estavam obcecados contra o Presidente da AM, a linguagem era como se fosse ele próprio a escrever a ata. Todos sabiam que as coisas não eram assim, que assumia porque estava na presidência, mas não tinha feito a ata. Que estivessem à vontade na cruzada contra o Presidente da AM, mas deviam respeitar as outras pessoas. A Cristina Matos era uma funcionária muito competente, muito esforçada e todos lhe deviam respeito, mas também não podiam pôr em causa a 1ª. Secretária. Podia ter havido algum lapso quanto à leitura da Minuta, e porque era verdade que não tinha sido lida e aprovada, teria de ser retificada. Seria retirada a referência à minuta, porque a 1ª. reunião terminou por falta de quórum, não se tinha terminado o ponto e por isso na continuação dos trabalhos apresentou a declaração de voto e concluíam aquele ponto. Não havendo nenhuma proposta, a Mesa iria retificar a questão da referência à minuta da 1ª. reunião e a inclusão da referência à tese do Regimento.

Presidente da Junta de Freguesia de Fornos referiu que tinha estado numa reunião e na outra tinha estado um representante e não sabia como deveria votar aquela ata.

Presidente da AM respondeu-lhe que o voto era da sua responsabilidade.

Colocada à votação a AM deliberou por maioria com 16 votos a favor (11 do PSD e 5 do PS) 4 abstenções do PS e 1 do PSD) e 7 contra (6 do PS e 1 independente) rejeitar a referida ata.

Lopes de Almeida fez uma declaração de voto e disse que se absteve por não ter estado presente naquela sessão.

Presente a ata da sessão ordinária da AM de 20.09.2014.

Pedro Maldonado referiu que como não esteve presente naquela sessão gostava que o esclarecessem, porque na página 111, no que tangia a uma Moção, gostava de saber quem do GM do PS a tinha subscrito.

Presidente da AM questionou se tinha alguma incorreção.

Pedro Maldonado respondeu que não havia nenhuma incorreção, mas foi a menção de que a Moção em causa tinha sido subscrita pelo GM do PS, e que a questão que tinha colocado era quem daquele Grupo a tinha subscrito.

Presidente da AM respondeu que a sessão tinha sido pública e todos viram que a Moção foi-lhe entregue pelo Sr. Presidente da CM e que tinha perguntado se a podiam apresentar em nome do GM do PS.

Colocada à votação a AM deliberou por maioria com 8 abstenções aprovar a referida ata

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO (PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA).

Fátima Strecht referiu que queria propor à AM a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim de Sousa Oliveira, um penafidense que há muitos anos tinha adotado Castelo de Paiva como a sua terra. Tinha sido autarca, desempenhou funções como Membro da AM eleito pelas listas da CDU. Questionou o Executivo se podiam fazer um ponto da situação quanto ao saneamento no Concelho, nomeadamente se tinham novidades das 3 ETAR's de Fornos, Sardoura e Pedorido. Felicitou a CM pela requalificação da Rua Ribeiro Chaves, porque era um anseio antigo da população. Em relação à entrada da Vila, era uma obra que já estava praticamente concluída, a requalificação estava muito bem e a entrada da Vila estava muito bonita e digna. Tinha tomado conhecimento do desaparecimento do cofre que seria parte integrante da CM e gostava de saber quais foram as diligências que foram tomadas pelo Executivo no sentido de assacar responsabilidades. Quanto à questão do edifício da JOPAVERA, todos se recordavam de uma AM morna em que a JOPAVERA se encontrava presente e preocupada com a resolução daquela situação. Naquela AM também estiveram presentes os trabalhadores daquela empresa, que estavam muito preocupados com os seus postos de trabalho. Com grande empenho do Executivo e graças à votação dos Membros do PS na AM, porque tinha sido graças ao PS que aquela situação foi ultrapassada, mas tinha sido com grande surpresa que soube que depois de resolvida a questão foi intentada uma ação pelo JOPAVERA contra a CM e que, segundo ouviu, era peticionada a quantia de cerca de 650 mil euros. Achava estranho que quando a situação já estava resolvida, viessem intentar aquela ação. Lamentava toda aquela situação, porque o Executivo e a AM resolveram aquela questão, mas a resposta que tinham era aquela.

Lopes de Almeida referiu que dava os parabéns ao Executivo pela obra da entrada da Vila que estava muito bonita e iria honrar muito a sede do Concelho. Não tinha estado na AM de 20 de Setembro, mas conhecia bem o Sr. Neca Rodrigues há muitos anos, que estava perfeitamente à vontade, porque era um social-democrata convicto e que o Sr. Neca Rodrigues era um comunista convicto, que não havia nenhum conluio ou conspiração para derrubar fosse quem fosse. O Sr. Neca Rodrigues era um homem sério, que tinha participado ativamente e civicamente em todas as associações em que participava, com muita dignidade e sempre na defesa dos interesses do Concelho e das associações onde participava abstraindo-se da sua opção política. Lamentava o que se tinha passado na AM, mas tinha lido a ata e se traduzia de algum modo a verdade, o Sr. Neca Rodrigues não tinha sido tratado corretamente. Se estavam ali, tinham sido eleitos pelo povo e teriam de respeitar quem os elegeu. Não lhe passava pela cabeça, nem queria imaginar, que houvesse alguém da AM ou do povo que aceitaram democraticamente as eleições, andassem a conspirar em deitar abaixo o Sr. Presidente da AM. O Sr. Presidente da AM tinha dito que ia defender a honra da AM, mas pedia-lhe que nunca defendesse a sua honra, porque quando quisesse ele próprio a defenderia e que cada Membro da AM sabia defender a sua própria honra. O Sr. Presidente da AM apenas deveria preocupar-se em defender a sua honra e não a da AM. O Sr. Neca Rodrigues tinha a sua solidariedade e que se estivesse estado presente naquela AM ter-se-ia levantado para defender a honra dele.

Almiro Moreira referiu que havia um programa na Rádio Paivense chamado “Pequenos Detalhes” que era patrocinado pela CM, que até era uma iniciativa que louvava, mas no próximo fim-de-semana iria haver o programa com o tema “40 anos de Democracia em Portugal” e que os comentadores seriam o Sr. Manuel Campos e Gonçalo Rocha. Mas, na sua opinião a democracia em Portugal era muito mais que o Partido Socialista. Achava que o Sr. Manuel Campos e Gonçalo Rocha seriam certamente dois grandes comentadores para falarem de democracia em Castelo de Paiva, mas faltava também ouvir o Partido Comunista, o Bloco de Esquerda, o CDS, o PSD e assim já poderiam falar de 40 anos de democracia, mas em Castelo de Paiva tinha algumas dúvidas perante aquele programa patrocinado pela CM. Apoiava a rádio paivense e que tinha ouvido o Diretor da Rádio dizer que a CM teria feito um contrato de publicidade com o Jornal de Paiva para 71 dias e que teria sido cobrada a importância de 4.200 euros e que apesar de discordar algumas vezes da linha editorial da Rádio Paivense, não podia deixar de reconhecer o trabalho público que fazia em Castelo de Paiva e de ser o maior órgão de comunicação. Nestes últimos 10 meses, a CM celebrou contratos com a rádio na ordem dos 7.000 euros, o que lhe parecia um manifesto prejuízo para a mesma. Quanto à questão da estatística, entregou à Mesa um documento sobre estatística do desemprego no Distrito de Aveiro durante um período do ano de 2014 e referiu que Castelo de Paiva era o único Concelho do Distrito que tinha um saldo negativo de

desemprego desde Janeiro a Outubro de 2014, e que naquele período havia mais 2,1% de desempregados. Seria bom se no distrito não tivesse existido um decréscimo de 16,6% e o segundo pior concelho que era Sever do Vouga com um decréscimo de 7,5%. Castelo de Paiva era claramente em matéria de desemprego o pior Concelho do Distrito de Aveiro. Questionou o Sr. Presidente da CM que se os outros conseguiam, porque é que Castelo de Paiva não. Se pudessem ver no mapa de estatística, Castelo de Paiva era o único que tinha mais desempregados em Outubro do que tinha em Janeiro. Aquilo era uma matéria para reflexão e claramente estaria relacionada com a falta de capacidade que o Executivo tinha demonstrado em matéria de captação de emprego e não tinha dado a devida atenção àquele tema. Quanto à questão da saúde, referiu que havia um programa denominado “aproximar descentralizar”. Aquele programa estava previsto o seu início em 2015 e uma das medidas do mesmo, prendia-se com a celebração de contratos administrativos de descentralização entre o estado e os Municípios. Um dos acordos que seria possível celebrar naquela matéria seria no âmbito da saúde e da educação que iria trazer mais autonomia aos Municípios naquelas áreas. Gostava de saber se, naquele programa “aproximar descentralizar”, existiam algumas negociações do Município para eventualmente terem uma loja do cidadão ou espaço do cidadão ou carrinha do cidadão. Referiu-se ao programa Portugal 20 20, que teve início na passada semana e, do que tinha ouvido, era um programa mais vocacionado para as empresas, e como havia alguma dificuldade no acesso aos fundos comunitários e à informação, se calhar seria bem-vinda a criação de um gabinete de apoio às empresas para que pudessem saber o que estava ao seu alcance. Por último, dava os parabéns e saudava o Sr. Presidente da CM pela reunião que fez com os Presidentes das Câmaras de Santa Maria da Feira e Gondomar, no que se referia à Variante da EN 222, e esperava que brevemente pudessem existir boas notícias sobre aquela matéria. Estava convicto que brevemente iria existir um projeto e que a primeira fase fosse a ligação à Ponte do Inha.

Pedro Maldonado questionou a Mesa se estava para discussão ou não a Moção que foi trazida anteriormente.

Presidente da AM respondeu que sim, que estava na agenda.

Pedro Maldonado agradeceu o esclarecimento e referiu que queria trazer aquilo que foi a achega que leu em ata trazida pelos Membros Almiro Moreira e Fátima Strecht que sugeriram que o Ponto fosse retirado no sentido de lhe ser dada uma redação que pudesse ser mais abrangente. Lia o texto e não encontrava razões para que o GM do PSD votasse aquele panfleto. Se queriam transformar uma Moção daquela sala, aquelas 44 linhas nos termos em que estavam redigidas não eram do agrado do GM do PSD. Se quisessem transformar aquele texto em algo que fosse uma bandeira de todos os Membros da AM, achava que tinha ficado bem a quem apresentou a Moção que tivesse aceitado a proposta e a sugestão da Fátima Strecht e

do Almiro Moreira para terem um texto mais abrangente e provavelmente até unânime.

Marta Teixeira referiu-se ao Sr. Presidente da AM para lhe mostrar o seu desagrado em relação ao transporte oferecido ou fornecido pela AM aquando da sessão de 20 de Setembro. Sendo do baixo Concelho, quando participava nas sessões da AM, não tinha qualquer suplemento, ajuda ou transporte para se deslocar às mesmas. Quanto à questão da correspondência, queria saber em relação à que foi recebida pela ANMP sobre o Seminário do Poder Local e setor solidário, se havia algum esclarecimento relevante para dar conhecimento à AM.

Presidente da AM respondeu que ninguém da Mesa tinha estado presente.

Ricardo Jorge referiu que tinha achado muito grave o que o Sr. Presidente da AM tinha dito, de que houve um boicote e que correu mal a sessão da AM no Couto Mineiro. Não se revia naquilo, porque tinha lá estado, tinha gostado e participou, mas se houve, o Sr. Presidente da AM não deveria escamotear o que se tinha passado. Deveria dizer quem eram os “boicotadores”, para que fossem desmascarados, para que se prevenissem de alguns atos de maior terrorismo no futuro. Em relação à Moção, a ata tinha sido aprovada e o que estava lá escrito tinha sido efetivamente o que lá foi dito. Mas, o Sr. Presidente da AM tinha dito que a Moção tinha sido apresentada pelo GM do PS, mas não tinha visto ninguém do PS a apresentá-la; mas pior que isso, o Sr. Presidente da AM tinha dito há pouco, que tinha sido a CM que a apresentou. Para quem propunha no Regimento que houvesse separação entre a Mesa da AM e a CM, criando um muro entre ambos, e não houvesse misturas, achava aquilo muito estranho e ainda mais estranho foi quando o Sr. Presidente da AM se apartou do PS e disse que era independente, mas a dita Moção tinha sido assinada por ele. Questionou se a Moção era do GM do PS. Se era da CM. Ou se era do Presidente da AM, enquanto Membro do GM do PS ou como independente. O Sr. Presidente da AM não aprendia a respeitar aquilo que era a vontade da maioria da AM. Quando o Sr. Presidente da AM apresentou aquela Moção e foi votada pela maioria da AM, aquele assunto era demasiado importante e deveria merecer o acordo unânime ou mais abrangente da AM que na altura expressou que não se revia naquele texto, mas o Sr. Presidente da AM vinha novamente com a mesma Moção assinada por ele com a data de Setembro e com os mesmos termos. Ao apresentar o mesmo texto, sem que os GM's se tivessem entendido ou se revissem nele, das duas uma, ou queria que a Moção fosse outra vez reprovada, e assim andavam a brincar às moções e à justiça, ou então não percebia qual era a ideia. O Sr. Presidente da AM pediu à AM que lhe passasse um cheque em branco para promover todas as diligências que entendesse necessárias para a satisfação dos interesses de Castelo de Paiva, mas o GM do PSD não lhe passava o cheque em branco, como já devia ter percebido. O Sr. Presidente da AM ainda queria que a AM votasse a favor de uma proposta para que toda a gente se recusasse a votar no PSD e CDS nas próximas eleições. Questionou se aquilo tinha

alguma lógica. Se o objetivo era que se gerasse a confusão e o apartheid na AM, talvez conseguisse. Se o objetivo tinha sido aquele que o Presidente da AM tinha dito e que o GM do PSD tinha reiterado na reunião, que era para criar uma força em conjunto para lutar contra as medidas que foram tomadas contra a realização da justiça em Castelo de Paiva, não era assim que chegava lá. Também não foi assim que chegou lá, quando o Governo do Eng^o. Sócrates encerrou o SAP, porque a questão da saúde era tanto ou mais importante que a da justiça, e ninguém viu o Sr. Presidente da AM a apresentar moções para não se votar no PS por terem encerrado o SAP ou coisas do género.

Presidente da AM referiu que quando disse que, por razões muito concretas, até haver alterações não se considerava integrado no GM do PS, acrescentou que não tinha mudado as suas convicções políticas nem da sua solidariedade para com quem foi eleito. Era muito sério e cumpria com fidelidade e não se tinha apartado de ser eleito do PS como independente. Uma coisa era pertencer ao GM do PS e outra era ter sido eleito na banda democrática, que assumia com muito gosto. Não lhe podiam chamar independente no sentido de passar a ser hostil ao PS ou confundir com ser eleito pelo PS. Não ficava muito bem a Ricardo Jorge dizer que o Presidente da AM defendia que se erguesse um muro entre a AM e a CM. Quanto à Moção, não havia segredo nenhum. A Moção tinha sido redigida por si, como eleito do PS, mandou-a para o GM do PS e quando estava a decorrer a AM foi-lhe entregue pela CM. Não havia nada escondido nem qualquer atrapalhão na matéria. O Presidente da AM não estava inibido de apresentar moções. O conteúdo do que foi apresentado foi rubricado por si, para que o papel não tivesse ido como anónimo. O essencial era, que era radical contra a extinção da Comarca de Castelo de Paiva, mas que era sobretudo contra que a justiça deixasse de ser realizada em Castelo de Paiva. Era contra a integração na Comarca de Aveiro. A AM tinha votado por unanimidade a integração, no mínimo na Comarca de Porto Este, com sede em Penafiel. Tinha defendido aquilo junto de todos os Grupos Parlamentares, junto da Presidência da República e só no Ministério da Justiça é que não foram recebidos. Tinha, ainda, defendido aquela posição na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, onde estava convocada uma Assembleia e onde o Presidente, que era de Penafiel, já lhes tinha apresentado uma proposta, uma Moção de defesa da justiça concretizado para Castelo de Paiva, Cinfães e Resende. Não dizia em lado nenhum da Moção que não se votasse no PS ou no PSD. Dizia, apenas, que deveria ser ponderado um apelo aos paivenses que nas próximas eleições legislativas recusassem o voto aos candidatos das forças políticas que não se vinculassem a satisfazer aquelas pretensões mínimas reclamadas pelos paivenses. Ninguém tinha proposto à AM que deliberasse sobre aquilo, só dizia que aquela Moção era para produzir efeitos e deveriam defendê-los na Comunidade Intermunicipal. Não sabia quais os partidos que nas próximas eleições irão defender que a justiça deveria continuar a ser realizada em Castelo de Paiva. Se houvesse alguém que defendesse que os paivenses deveriam continuar

integrados na Comarca de Aveiro ou que, para terem justiça, tinham de ir a Oliveira de Azeméis ou a Santa Maria da Feira, não havia problema nenhum que se ponderasse dizer aos paivenses que os partidos que defendessem aquilo não mereciam o voto. Não estavam a deliberar aquilo, mas sim a dar um aviso às forças políticas. O que estava na Moção era que a Justiça deveria continuar a ser realizada em Castelo de Paiva. Se fosse para a frente a extinção da comarca de Castelo de Paiva então que fossem integrados na comarca de Porto Este. Se alguém quisesse colocar uma alternativa no texto, ou defender o contrário, estivessem à vontade. Aquela era uma proposta em que se revia e que se houvesse propostas alternativas, poderiam apresentá-las.

José Vieira referiu que já estava à espera para intervir, que o Sr. Presidente da AM interveio, mas não se tinha inscrito para falar, que tinha sido mal-educado e que ia intervir, porque era a sua vez.

Presidente da AM esclareceu que tinha sido pedido um esclarecimento, porque estavam a falar de propostas, mas dava-lhe a palavra.

Sr. José Vieira referiu que o Sr. Presidente da AM durante os anteriores mandatos, dezenas de vezes, tinha chamado à atenção do Dr. Lopes de Almeida que era no púlpito que tinha de falar, mas que o Sr. Presidente da AM ainda não se tinha levantado uma única vez durante um ano para ir lá falar. Agradeceu à Marta pela pergunta oportuna que fez. Referiu que na qualidade de 2º. Secretário da Mesa, para a que foi eleito democraticamente, já era a segunda vez que tinha de intervir a bem da verdade e no que respeitava às pessoas que o elegeram para a Mesa, tinha obrigações sobre elas e na tomada de posse tinha jurado pela sua honra cumprir todas as funções para que foi eleito. Quando teve de dizer à AM que o Sr. Presidente da Mesa estava a falar de uma ata que era mentira e que depois de ouvir a gravação comprovou-se que tinha razão. A partir daquela data o Sr. Presidente da Mesa deu ordens à funcionária da CM, que estava a apoiar a AM, no sentido de o impedir de entrar naquela secção, receber um telefonema ou email. Referiu que era zero dentro de uma secção à qual a Mesa pertencia. Qualquer membro da AM tinha direito a ir à secção quando quisesse, mas quanto a ele, que era membro da Mesa, teria ainda mais direito. Não tinha falado no assunto na sessão anterior, porque estavam fora de casa, mas como agora estavam na casa da democracia, ia fazê-lo. O Sr. Presidente da Mesa tinha de lhe dar uma resposta cabal, e perante os senhores que os tinham elegido, do porquê de estar vetado de qualquer assunto, até aliás tinha mandado fechar a porta e não recebia um telefonema desde Julho. Viu a correspondência e não foi ninguém a Coimbra, não tinha sido abordado, mas o Sr. Presidente da Mesa tinha que perguntar ao 1º. e ao 2º. Secretários se podiam ir. Se a Mesa não esteve representada, tinha sido uma falha, que isto tinha sido uma teimosia e não se revia naquilo. Queria uma resposta dos direitos das suas funções, porque é que o Sr. Presidente da Mesa tinha mandado cancelar tudo o que dizia

respeito à Mesa sobre si. Como protesto, e enquanto não tivesse uma resposta cabal, não se sentava na Mesa.

O Segundo Secretário abandonou a Mesa e foi sentar-se no meio do público presente na sala.

Presidente da Mesa referiu que não ia perder tempo com o que não deveria ser perdido. Era completamente falso que tivesse dado aquela ordem. A Mesa já tinha feito mais reuniões até ao momento que durante três ou quatro mandatos anteriores. O Presidente da Mesa sempre ouviu os Secretários de forma igual. As funções tinham sido exercidas normalmente e que era completamente falso a questão das ordens ou de não poder entrar em determinada secção. A Mesa tinha três elementos e decidia por maioria e não ia perder tempo com aquilo.

Pedro Maldonado referiu que não era a mesma coisa ser a linguagem que o Sr. Presidente da AM fez constar na Moção ou ser outra linguagem, nem podiam fazer de conta que era. Em 30 de Dezembro sustentou aquilo que era a integração de Castelo de Paiva na comarca do Porto Este, mas tinham de ser concretos, porque se não lhe agradava o trajeto para Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis o que dizer do seguinte: no âmbito da comarca de Porto Este, as insolvências que na de Aveiro eram em Oliveira de Azeméis, na comarca de Porto Este eram em Amarante; as execuções que no âmbito da comarca de Aveiro eram Oliveira de Azeméis, em Porto Este eram em Lousada; a instrução criminal que no âmbito da comarca de Aveiro era em Santa Maria da Feira, em Porto Este era no Marco de Canaveses; família e menores, que na comarca de Aveiro era em Santa Maria da Feira, em Porto Este era em Paredes; as grandes instâncias cível, criminal e trabalho que na comarca de Aveiro eram em Santa Maria da Feira, em Porto Este eram as únicas que ficavam em Penafiel. Se era por uma questão de percurso, não sabia muito bem o que era melhor para a população, se ir para Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis ou ir para Amarante ou Marco de Canaveses. Não deviam criar uma solução que apenas caísse bem no “goto” auditivo, mas objetivamente e efetivamente deveriam arranjar uma solução. Na sua opinião achava que aquela era uma situação já conciliada, a não ser que num próximo ato eleitoral houvesse uma alteração de Governo e que houvesse algo de diferente da forma como o Ministério da Justiça encarava aquela situação. Se o Sr. Presidente da AM quisesse contar com o GM do PSD para discutir aquilo a fundo, retirava aquela linguagem ou retirava a Moção nos termos em que estava. Se não queria contar com o GM do PSD, naquela discussão, naquele trabalho, que se queria sério e objetivo, iria sozinho ou pelo menos não ia com o GM do PSD, só lhe restava desejar boa viagem para Amarante, Paredes, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis ou por onde calhar.

Presidente da AM questionou se estavam de acordo em que continuassem a pedir que a justiça se realizasse em Castelo de Paiva, porque se tinham dois males então deveriam analisar quais eram.

Pedro Maldonado referiu que como bem sabiam, nos termos da lei que estava em vigor, a comarca de Castelo de Paiva não era diferente de todas as outras que existiam e deixaram de existir. Castelo de Paiva não era a aldeia do “Obelix e Asterix”, irredutivelmente isolada do resto. Obviamente a todos custava que as comarcas como as conheciam, pelas razões que já tinha falado, tivessem sido extintas, mas a verdade era que sabiam que não valia a pena pugnar o que era impossível do ponto de vista legislativo ou legal. A nossa comarca não era diferente de todas as outras, em todo o País, que padeciam do mesmo mal. Obviamente todos desejavam que a comarca de Castelo de Paiva continuasse a tramitar os seus processos.

Presidente da AM interrompeu para referir que, fosse qual fosse a reorganização da comarca, os processos devem ser tramitados em Penafiel ou em Lisboa, mas as diligências deviam ser feitas em Castelo de Paiva e pensava que havia uma abertura para isso.

Pedro Maldonado referiu que até podia ser por videoconferência...

Presidente da AM referiu que não era por videoconferência, porque deveriam vir a Castelo de Paiva os juízes e o Ministério Público, porque achava que havia uma corrente naquele sentido e que era aquilo que lhes competia defender.

Pedro Maldonado referiu que aquilo não era o que estava no panfleto apresentado pelo Presidente da AM. Compreendia que o panfleto tinha um determinado objetivo, porque havia um programa televisivo, mas se queria colocar que estava a dizer na Moção....

Presidente da AM interrompeu para referir que poderia ser mais respeitoso e não chamar panfleto a um documento que estava assinado. Questionou a AM se estava de acordo que tentassem fazer um texto de consenso para que a justiça fosse realizada em Castelo de Paiva.

Pedro Maldonado referiu que estavam de acordo em elaborar um texto que servisse os superiores interesses dos paivenses no que tangia à justiça.

Presidente da AM questionou se a AM queria pensar se faziam uma Moção.

Pedro Maldonado referiu que se deveria retirar a Moção, se o Sr. Presidente da AM tivesse humildade democrática.

Presidente da AM referiu que não retirava a Moção, mas estava de acordo que se fizesse um texto de consenso e questionou quando o pretendiam fazer?

José Lopes de Almeida referiu que se solidarizava com o Sr. José Vieira Gonçalves, porque percebia que não podia ser maltratado daquela maneira. Quanto ao texto da Moção achava que ir para Santa Maria da Feira era diferente do que ir para Amarante ou Lousada onde não havia transportes e que bastava pensar um bocado

sobre isto e ver que aquela Moção deveria ser rasgada e deitada ao lixo. Na alínea c) apelava ao boicote dos partidos da maioria se não houvesse resultados práticos. Então, o melhor seria fazer-se um boicote eleitoral, não se votava em ninguém e então exprimia-se completamente contra a extinção da comarca de Castelo de Paiva. Estava convencido que o próximo Governo iria manter tudo como estava, porque não havia dinheiro. Sugeriu ao Sr. Presidente da AM que cumprisse os procedimentos regimentais e colocasse à votação a Moção e se a queressem retirar deveria haver votação para a manter ou retirá-la.

Presidente da AM questionou se havia proposta de texto de consenso. Como não havia, referiu que mais uma vez ficava a Moção adiada e não sabia se significava se a AM estava contente com a justiça em Portugal. Enquanto não tomassem uma deliberação diferente, valia a que tinham tomado por unanimidade.

Ricardo Jorge referiu que o facto de ter retirado a proposta não o impedia de repor a verdade. O Presidente da AM não tinha recebido nenhuma proposta do GM do PS. O Presidente da AM não tinha perguntado ao GM do PS se podia assinar a Moção. Não acreditava que o Sr. Presidente da AM tivesse assinado a Moção só para que aquela não viesse em branco. Perguntou se foi um membro da direcção do GM do PS que veio pedir para retirar o ponto, como é que o Sr. Presidente da AM estava a tentar convence-los que tinha sido o GM do PS que tinha apresentado a Moção. Referiu que a verdade tinha de ser dita.

Presidente da AM interrompeu para referir que a verdade já tinha sido dita.

Ricardo Jorge referiu que não era verdade que tinha sido o GM do PS que tinha apresentado a Moção. Não podia deixar passar o que se tinha passado com o Sr. José Vieira, porque era demasiado grave. Já conhecia o Sr. José Vieira há muitos anos e ficava triste, mesmo sendo ele do PS. A questão foi levantada, e pelo facto de não ter ido ninguém ao Seminário sobre o poder local e setor solidário, referiu que queria fazer uma pergunta, porque na AM anterior perguntou ao Sr. Presidente da AM, porque não tinha ido ninguém da Mesa a uma cerimónia em Bairros, ao que o Sr. Presidente da AM respondeu que não pôde ir e a 1ª. Secretária também não, e que lhe perguntou porque não tinha ido o Sr. Secretário que substituíra o Presidente e a 1ª. Secretária. Queria saber se foi pedido à 1ª. Secretária para ir ao Seminário em sua substituição. E se o 2º. Secretário foi convidado ou não para lá ir. A Mesa não podia estar a funcionar com dois elementos, mas a verdade era que o Sr. Secretário não podia ser substituído, porque não tinha pedido a demissão, nem estava ausente. Se era verdade o que o Sr. Presidente da AM tinha feito, e era evidente que a funcionária não tinha nada a ver com aquilo, ia aguardar pelas respostas às perguntas que tinha colocado. Propunha à AM que se ordenasse à funcionária que dava apoio à AM que abrisse a porta fosse a quem fosse e que ordenassem ainda que, com ou sem autorização do Sr. Presidente da AM, toda e qualquer correspondência ou convite fosse enviada para qualquer elemento da Mesa.

Presidente da AM referiu que aquela questão era completamente falsa. Na reunião de Coimbra não sabia quantas Mesas de AM's estiveram presentes e se calhar nem esteve nenhuma. Não estava em lado nenhum que tinham que ir a todo o lado para que estivessem convidados. Iria cumprir as funções e o Regimento. A Mesa funcionava democraticamente e, ao contrário do que se dizia, já tinha feito várias reuniões da Mesa e pensava que nos mandatos anteriores nunca as houve, não havia conflito nenhum, o que havia era a vontade de atrapalhar o percurso normal dos acontecimentos. Se o Sr. Secretário queria ou não estar na Mesa o problema era dele, mas a liberdade tinha de funcionar.

Fátima Strecht referiu que já tinham demorado muito tempo a discutir aquele ponto. Na última sessão tinha proposto que com os contributos de todos fizessem em conjunto um texto para ser aprovado por unanimidade ou por uma grande maioria, mas era com tristeza que via naquela sessão novamente o mesmo texto assinado pelo Sr. Presidente da AM e que estava tal e qual como há dois meses atrás, sem ligarem rigorosamente nada à proposta que tinha sido apresentada e aprovada por maioria na última sessão. Reiterava o que tinha dito há dois meses, que era fazer-se um texto o mais consensual possível. Não podia deixar passar em claro a situação relatada pelo Sr. José Vieira, porque o que ele tinha dito era grave de mais para ser verdade.

Presidente da AM interrompeu para referir que não era verdade e que já o tinha dito.

Fátima Strecht referiu que o Sr. José Vieira dizia que era verdade e o Sr. Presidente da AM dizia que não. Mas não era pelo facto de ser Presidente da AM que a palavra dele tinha mais valor do que a do Sr. José Vieira. A palavra do Sr. Jose Vieira tinha senão mais, o mesmo valor do que a do Sr. Presidente da AM. Estavam num impasse e achava que a AM nem podia continuar sem se chegar a uma conclusão em relação a este assunto. Em nome da verdade, tinha de se esclarecer aquela situação. O Sr. José Vieira dizia que era, o Sr. Presidente da AM dizia que não, e estavam numa balança com os dois pratos equitativamente iguais e ao mesmo nível. Tinham solução para resolver a questão. Estava ali presente a funcionária que dava apoio à AM, e partindo do princípio de que o Sr. José Vieira estava impedido de entrar no gabinete de apoio à AM, e se estava ali a pessoa em causa e como achava que tinha uma palavra a dizer, para que não desconfiassem de um ou de outro. Questionou afinal o Sr. José estava impedido ou não de entrar no gabinete ou de ter acesso aos documentos. Não podiam levar para a frente a AM sem terem resolvido aquela situação. Era um Membro da Assembleia e da Mesa, e não tinha cabimento nenhum, 40 anos depois da democracia, e pelos factos que o Sr. José Viera relatou, estar uma Mesa constituída pelo Sr. Presidente da AM e pela 1ª. Secretária. Aquilo não podia ser e era impensável. Sugeriu que fosse dada de imediato uma resolução em relação àquela situação. O Sr. José Vieira estava impedido de entrar no gabinete de apoio à AM....

Presidente da AM interrompeu para referir que não estava, não esteve, nem estará.

Fátima Strecht questionou como é que o Sr. Presidente da AM provava isso e que com certeza iria continuar a dizer que não estava impedido...

Presidente da AM interrompeu para dizer que não estava impedido e que estava feito o despacho. Não havia ordem nenhuma para impedir a entrada nas instalações, porque quem mandava era a CM. Nem o Presidente da AM nem a Mesa tomaram qualquer deliberação naquele sentido. Não estava impedido de lá aparecer, mas aquilo que eram as competências do Presidente da AM eram apenas dele. Tinham vindo coisas a público que não deviam ter vindo e afinal de contas o boicote podia-se provar e demonstrar. A Mesa era democrática, mas tinha um Presidente que dizia solenemente que não estava, o Sr. José Vieira, nem ninguém impedido de exercer cabalmente as suas funções. Já tinham feito reuniões e iriam fazer tantas as que fossem precisas. Já tinham feito reuniões da Mesa, havia atas e as questões eram colocadas, aprovadas e que houve sempre unanimidade. Era uma pura invenção, não estava ninguém impedido e se pensava que estava deixava de estar.

Fátima Strecht questionou como é que ficavam e como é que iam....

Almiro Moreira referiu que o Sr. Presidente da AM tinha-lhe dado a palavra.

Presidente da AM referiu que estavam a maltratar a Mesa e as funções do Presidente da AM e que isso não era justo nem aceitável. Estavam a abusar da sua paciência, que não queria impedir a palavra a ninguém, mas aquilo não era modo de funcionamento, mas não era culpa do Presidente da AM. Aqueles assuntos estavam ultrapassados, nem estavam na Ordem de Trabalhos. Estavam completamente a violar a Lei e o Regimento e solicitou que passassem à Ordem de Trabalhos.

Almiro Moreira referiu que o Sr. Presidente da AM tinha-lhe dado a palavra....

Presidente da AM interrompeu para referir que não lhe tinha dado a palavra e que ele é que tinha pegado nela. Sugeriu que fosse educado e quando lhe desse a palavra deveria fazê-lo.

Almiro Moreira referiu que pedia desculpa, mas tinha feito um ponto de ordem à Mesa e que o Sr. Presidente tinha-o autorizado a falar. Apesar da diferença de idades não lhe admitia considerações à sua educação. O ponto de ordem à Mesa era apenas pela questão de que o Sr. Presidente da AM dizia que o Secretário estava a mentir e que o Sr. Secretário dizia que o Presidente da AM estava a mentir, e que gostava de saber a opinião da Secretária que ainda não tinha falado.

Presidente da AM referiu que não se faziam inquéritos em público. Se quisessem fazer um inquérito, iriam fazê-lo e depois vinha à AM. Não ia permitir que fizessem inquéritos em público, porque era ilegal e isso não autorizava. Ia encerrar aquele assunto e que, se fosse possível, se averiguava e o resultado viria a público.

Fátima Strecht referiu que ainda não tinha terminado a sua intervenção e, quanto a esta questão, propôs que de imediato o Sr. José Vieira, até àquela resolução, tivesse imbuído dos poderes enquanto Secretário, de ter acesso aos documentos e tivesse acesso livre ao gabinete de apoio à AM, sem prejuízo de se vir a apurar aquela situação.

Presidente da AM referiu que não havia documentos secretos e se o Sr. José Vieira quisesse tomar a Mesa que o fizesse, porque a garantia estava dada.

José António Rocha referiu que quanto às estatísticas apresentadas pelo Almiro Moreira sobre o desemprego em Castelo de Paiva, em termos de percentagens, Castelo de Paiva tinha sido o concelho que apresentou o maior aumento de desempregados. Mas como todos sabiam, as estatísticas e os números podiam ser lidos de várias formas. Visto assim, era indiscutível que tinha sido o Concelho onde o desemprego mais aumentou, mas isso poderia não dizer a verdade toda. Seria importante dizerem os números que estavam na base. Se foi o número de desempregados que aumentou, ou se foi uma empresa num Concelho vizinho que foi à falência e que as pessoas de Castelo de Paiva que trabalhavam lá ficaram sem emprego. Tinham de ter presente que Castelo de Paiva era um concelho pequeno, onde o número de trabalhadores era mais baixo e era onde dentro do distrito de Aveiro mais facilmente uma pequena variação em termos nominais provocava uma maior diferença em termos percentuais. Seria interessante conhecer a base daquela estatística.

Almiro Moreira referiu que o que tinha dito e o gráfico que tinha mostrado era elucidativo de que Castelo de Paiva, na variação em termos de percentagem, o número de desempregados entre Janeiro e Outubro de 2014 tinha crescido 2,1% e a média do distrito desceu menos de 16.6. Em Janeiro de 2014, Castelo de Paiva tinha 1259 desempregados e em Outubro de 2014 tinha 1286 desempregados, ou seja mais 27 desempregados. Poder-lhe-ia dar o exemplo de Arouca que em Janeiro de 2014 tinha 1046 desempregados e em Outubro de 2014 tinha 785 desempregados, ou seja, menos 261 desempregados. O concelho vizinho em 10 meses tinha menos 785 desempregados e Castelo de Paiva tinha mais 27 desempregados. Eram as estatísticas mensais por concelho do IEFP.

Alcina Correia referiu que não esquecia as primeiras palavras do Sr. Presidente da AM quando tomou posse. Era com imensa tristeza que ia sair dali, porque conhecia o Sr. José Vieira, o Sr. Neca Rodrigues e a Carla. Que houve um episódio que nunca mais ia esquecer porque a marcou muito. Que houve uma vez que a Carla tinha expressado uma opinião qualquer e o Sr. Presidente da AM abandonou a Mesa, ela foi chamada lá dentro e depois chegou a chorar. Nunca tinha falado com a Carla sobre aquele facto, mas o que sentia era que as pessoas tinham medo de expressar aquilo que pensavam ou a verdade sobre os factos. Dava-lhe a sensação que o Sr. Presidente da AM não deixava que as pessoas expressassem a verdade e

era o que mais a entristecia. Quanto ao questionário, era por exemplo deixar que a Carla Freitas dissesse sim ou não.

Presidente da AM interrompeu para questionar, exatamente o quê.

Alcina Correia questionou, se tinha recebido ordens para impedir ou não.

Presidente da AM esclareceu que tinha perguntado à Carla Freitas se podia ou não ir e não foi ninguém.

Alcina Correia referiu que havia factos que se tinham passado e a ser verdade, duvidava de muita coisa. Para si já não era democracia, já tinha muitos pontos de interrogação e deixava-a muito triste. Achava que as duas bancadas na AM estavam a caminhar finalmente para um Castelo de Paiva melhor, mas naquelas condições, não conseguiam trabalhar, porque a Mesa não permitia e não conciliava os trabalhos da AM.

Presidente da AM referiu que era extraordinário, e que podiam perguntar à Secretária se algum dia chorou por causa do Presidente da AM. Tudo isto era uma fantasia e era completamente falso.

Ricardo Jorge referiu que tinha feito uma proposta e da sua parte já não queria inquérito nenhum. Porque se era verdade que a palavra do Sr. Presidente da AM valia tanto como a do Sr. José Vieira e como as duas não batiam certo, ele acreditava na palavra do Sr. José Vieira. A partir do momento em que, e 40 anos após o 25 de Abril, o Sr. Presidente da AM queria esclarecer a verdade, mas em surdina, para ele já estava tudo esclarecido. Faltava responder à pergunta que tinha feito, porque é que o Sr. José Vieira não tinha sido convidado para substituir a 1ª. Secretária para aquela reunião, como também já não tinha sido para Bairros. Mantinha a proposta que tinha feito, com aqueles dois pontos de dar ordem à funcionária que colaborava com a AM.

Presidente da AM questionou, ordem de quê.

Ricardo Jorge referiu que a ordem era de não impedir o acesso...

Presidente da AM interrompeu para dizer que já tinha sido dada a ordem.

Ricardo Jorge referiu que não estava a fazer uma proposta ao Presidente da AM, mas sim à AM. Só se dirigia ao Presidente da AM, porque era Presidente e tinha que a colocar à votação.

Presidente da AM respondeu que não era a AM que dirigia os trabalhos, era o Presidente, e quanto a isso sempre disse que nunca foi impedido e se alguém pensava que estava, não havia nenhuma restrição, aquilo não fazia sentido e estava ultrapassada a questão.

Ricardo Jorge referiu que o Sr. Presidente da AM não tinha respondido à sua pergunta e a proposta estava feita. O Sr. Presidente da AM não queria cumprir o

Regimento e isso só vinha sublinhar as palavras que tinham sido ditas e que o Sr. Neca Rodrigues, perante tudo aquilo, era escusado ter perdido tempo em fazer aquela intervenção porque provas não faltavam. Tinha feito perguntas e o Sr. Presidente da AM não respondeu...

Presidente da AM interrompeu para questionar qual era a pergunta.

Ricardo Jorge fez novamente a pergunta. Questionou por que razão não foi convidado o Sr. José Vieira para ir à ANMP substituí-lo.

Presidente da AM respondeu que tinha decidido quanto àquele assunto não era de ir como não iam a muitos outros.

Ricardo Jorge questionou, então, porque é que tinha pedido à 1ª. Secretária se o podia substituir. Então tinha decidido depois de ela dizer que não podia.

Presidente da AM respondeu que tinha sido uma decisão sua e não ia a muitos sítios, nem estava em nenhuma norma ou regimento que o Presidente da AM tivesse sempre de se fazer representar em tudo para que fosse convidado. Tinha alguma autonomia e decidia onde devia de ir ou não.

Ricardo Jorge referiu que então tinha brincado com a 1ª. Secretária, quando entendeu que não devia ir e pediu para ela ir.

Presidente da AM referiu que estava terminado este ponto e que deviam passar para a Ordem de Trabalhos.

Ricardo Jorge referiu que deixava feita a proposta e que o Sr. Presidente da AM quisesse poderia cumprir o Regimento ou não.

Presidente da AM questionou se o Sr. Presidente da CM queria intervir naquele momento ou se intervinha depois do ponto 4 respondendo a tudo.

Ricardo Jorge referiu que se quisessem alterar a Ordem de Trabalhos teria de ir a votação.

Presidente da AM questionou se não aceitavam. O Sr. Presidente da CM iria, então, falar dos dois pontos ao mesmo tempo e que deveriam continuar os trabalhos.

José Lopes de Almeida referiu que quem estava a perturbar a AM era o Presidente da AM, porque se queriam alterar a Ordem de Trabalhos tinha de perguntar à AM se podia ou não alterar.

Presidente da AM referiu que como havia uma objeção, o Sr. Presidente da CM iria intervir.

Presidente da CM referiu que, quanto à intervenção da Fátima Strecht sobre o Saneamento no Concelho, avançou recentemente com a primeira obra da construção da ETAR do Castelo, em Fornos, que já estava concluída, já estava em fase de testes para começar a trabalhar em pleno e que os problemas que tinham pela frente

eram as ligações em baixa, que era um processo de alguma complexidade, de alguma exigência para a CM assim como para a SIMDOURO que tinha o saneamento em alta. Já estavam em construção as duas ETAR's em Sardoura e Pedorido e que nos próximos tempos iriam ter vários problemas do concelho solucionados. Havia zonas do Concelho que, infelizmente, ainda não tinham a solução disponível, mas seria um processo exigente de ambas as partes. Quanto à obra na Rua Dr. Ribeiro Chaves tinha sido um investimento em que a CM decidiu avançar e que já tinham submetido à candidatura de “overbooking” para conseguirem financiamento para aquele investimento, que rondava os 120 mil euros, mas que conferia uma grande mobilidade para aquele espaço. Quanto à entrada da Vila, mesmo com toda a complexidade e com algumas denúncias à mistura, não só contra a CM, mas também à Rota do Românico, mas a obra estava praticamente concluída e mesmo com a demora que teve, o produto final iria merecer a admiração de todos. Era uma obra de quase 600 mil euros, foi participada, a CM fez um esforço muito grande, mas já estava praticamente tudo pago. Quanto ao cofre da Piscina Municipal, assim que tomou conhecimento daquela situação, foi movido um processo de inquérito, e depois de apuradas as conclusões, deu-se um despacho no sentido de se instaurar um processo disciplinar, de se repor o valor do cofre que constava em inventário e fazer uma participação ao Ministério Público. Também tinha feito um despacho para que se fizesse uma atualização do inventário municipal e deu o prazo até ao final do ano. Quanto à questão da JOPAVERA, referiu que tinha sido um processo de grande complexidade que exigiu muito do Executivo. Tinha sido um processo honesto e se alguém dissesse o contrário iria ter problemas com ele na justiça, porque não admitia qualquer nível de suspeita fosse a quem fosse. Se conseguiram resolver aquele problema foi porque eram pessoas de bem. Outras situações que se passavam no Concelho quando cheiravam a nomes de outras empresas, infelizmente para algumas pessoas não era assim que acontecia e não era só questionar, era denunciar e havia perseguição. Havia pessoas que eram perseguidas em Castelo de Paiva, mas não era o Executivo que o fazia. Havia, ainda, pessoas que estavam a passar dificuldades nas suas empresas por força da perseguição. Quanto ao processo JOPAVERA estavam de consciência tranquila, porque fizeram aquilo que estava ao seu alcance e cumpriram o que assumiram com toda a gente, perante adversidades e pressão constantes, mas mantiveram-se firmes e o problema estava resolvido. Mas perante todo o trabalho que foi desenvolvido para resolução do problema tiveram uma “rica prenda” e a CM não merecia aquelas duas ações que foram interpostas contra a CM e que uma delas atingia um pedido de indemnização no valor de 600 mil euros. Iam defender-se contra aquela posição e sabiam muito bem quem eram as pessoas que estavam do outro lado da ação, mas iriam ser contundentes na defesa do Município. Aquela questão era muito complicada para as contas do Município. Já tinha referido muitas vezes que não tinha sido o seu Executivo que licenciou aquele prédio, mas sim o Executivo que o antecedeu, que se o ato que foi praticado

não foi correto como foi confirmado pela CCDRN, aquilo tinha de ser posto no sítio certo e à justiça caberá apurar as responsabilidades. Não poderia admitir que a CM continuasse a ser penalizada por aquele tipo de ações por força de atos que não cumpriam a legalidade. Agradeceu a intervenção do Membro Lopes de Almeida sobre a obra da entrada da Vila. Quanto à intervenção do Membro Almiro Moreira, sobre o programa da rádio “Pequenos Detalhes”, referiu que nem sabia que o outro comentador era o Sr. Manuel Campos, mas achava bem porque ele era um democrata, mas que seguramente iria haver mais oportunidades para mais democratas participarem daquele programa. Quanto ao Jornal referiu que apoiavam a comunicação social e aquele apoio traduzia-se na promoção das atividades do Município e na promoção do Concelho, o que não acontecia antes, porque a Rádio Paivense não tinha apoio da CM. Quanto aos dados estatísticos, agradeceu que os tivesse trazido, porque era importante discutir aqueles assuntos, mas achava que devia mandá-los também para o Dr. Passos Coelho, em Lisboa, para que tivesse conhecimento da infeliz realidade que o País atravessava. Às vezes, parecia-lhe que Lisboa estava um pouco insensível quanto ao número do desemprego que afetava o País. Não tinha o número exato, mas seguramente quando chegou à CM o número de desempregados seria muito superior àquele. A empresa que recentemente foi inaugurada no Concelho, a Oropol preparava-se, no decurso dos próximos tempos, para admitir cerca de uma centena de trabalhadores. Havia muito trabalho a fazer, naquela área, ia haver incentivos no próximo Quadro Comunitário que iam ser transferidos para empreendedorismo, internacionalização, no apoio à competitividade e às empresas. Estavam a estabelecer uma parceria com um conselho empresarial para que houvesse em todos os concelhos um gabinete de empreendedorismo e de apoio a todas as empresas. Quanto à questão da saúde, estava recetivo a receber competências e a ter mais autonomia, mas precisava era de mais dinheiro. Porque se tivesse as competências e não recebesse o respetivo pacote financeiro, aquelas podiam ficar em Lisboa. Estavam disponíveis, desde que houvesse contrapartidas financeiras. Quanto à questão da loja do cidadão, referiu que tinha feito uma proposta de agregar um conjunto de serviços públicos no Município, mas até àquela data não tinha obtido qualquer resposta. Quanto à questão da Variante à EN 222 com ligação à A32, se porventura houvesse um projeto gostava de ser esclarecido, porque não tinha conhecimento de nenhum projeto assim como os Presidentes dos Municípios de Santa Maria da Feira e Gondomar. O que ficou combinado entre os três Municípios era que os técnicos dos mesmos iriam começar a fazer um estudo prévio de orçamentação, de linhas e de percursos que poderiam ser adotadas naquela ligação. Como sabiam, o próximo Quadro Comunitário só reservava investimento em “last mile” que eram pequenas ligações que faltavam concluir e esperava que aquela ligação fosse uma delas. Esperava que aquele investimento estivesse concretizado no âmbito do plano de investimentos rodoviários para o País, assim como o IC35 que tivesse uma configuração diferente em termos de obras e avanços de obras, que não queria obras

às pinguinhas, porque não fazia sentido nenhum andarem a fazer obras de 6 Kms aos bocadinhos. Esperava que brevemente houvesse boas notícias.

Presidente da AM propôs à AM o voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim de Sousa Oliveira.

Colocado à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade e serão feitas as diligências normais naquela matéria.

Presidente da AM propôs à AM um voto de congratulação e louvor ao Coro da Academia de Música do seguinte teor: “ A AM aplaude e manifesta o seu público reconhecimento ao Coro de Câmara da Academia de Música de Castelo de Paiva, pelo seu êxito no Encontro de Coros em Barcelona, em que obteve o 1º. lugar na área onde atuou, havendo 60 coros vindos de várias proveniências do Mundo”.

Colocado à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Presidente da AM referiu que aproveitando a sugestão feita, propôs um voto de congratulação, contentamento e louvor à conterrânea Paula de Melo Alves que obteve êxito e teve um impacto na comunicação social.

Colocado à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

4. INFORMAÇÃO ESCRITA DA ACTIVIDADE DA CM E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.

Presente o ofício 4621 de 17.11.2014, do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 14 de Novembro de 2014, e de acordo com o Mapa dos Encargos Assumidos e Não Pagos, a dívida referente a fornecedores é nessa data de 655.791,91 (seiscentos e cinquenta e cinco mil setecentos e noventa e um euros e noventa e um cêntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 14.11.2014, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 2.617.257,98 (dois milhões seiscentos e dezassete mil duzentos e cinquenta e sete euros e noventa e oito cêntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta acta.

5. ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015 (APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO)

Presente o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da CM para o ano de 2015, que se dão aqui como integralmente reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa a esta ata.

Presidente da CM referiu que aquele Orçamento e as Grandes Opções de Plano refletiam uma política que tinham vindo a implementar, de aproximação do valor real e efetivo em termos de execução do Orçamento que rondava os 15 milhões de euros. Era uma redução significativa que se traduzia naquilo que era o trabalho que

vinha a ser desenvolvido, com rigor e de conseguirem ultrapassar vários processos que estavam por resolver durante anos. Um dos aspetos mais relevantes no Orçamento era o serviço da dívida. Era aquele que lhes criava maiores dificuldades, obstáculos e constrangimentos no próximo ano. Estava a falar no valor que rondava os 2 milhões de euros que para a CM era um valor exorbitante. Era um aumento relativo do serviço da dívida no valor de 500 mil euros que derivava sobretudo do enorme esforço que iriam efectuar ao nível do montante de 3,5 milhões de euros afeto à Direção Geral do Tesouro, que resultava ainda do empréstimo do PREDE que nos próximos 5 anos terão de ser pagos. O montante de capital a pagar no próximo ano iria ser de 1.647 mil euros e em juros 324 mil euros, o que perfazia o total de 1.972 mil euros. Já tinham pago, desde que estavam na CM, em amortização de capital cerca de 5,5 milhões de euros, e se falassem em juros já tinham pago ao longo de 5 anos o valor de 1.662 mil euros e que eram dívidas que tinham herdado e tinham de ser pagas. O próximo ano iria ser um dos mais exigentes para todos. Iria continuar a manter as políticas sociais, que eram emblemáticas no apoio a muitas famílias, como por exemplo, o transporte solidário, o cheque farmácia, o apoio na educação e, porque tinham tido um bom desempenho financeiro, mantinham as taxas mínimas do IMI no Concelho e conseguiram reduzir 1% na taxa de IRS. Tinham mantido uma política rigorosa e cumpridora nos apoios às coletividades, em que lhes eram atribuídos subsídios e apoios que eram pagos a tempo e horas e estava a falar no valor de 150 mil euros por ano. No próximo ano iriam aumentar o valor da rubrica referente às limpezas das vias municipais das Juntas de Freguesia, que era de 67 mil euros para 90 mil euros, e usando o critério do FEF, iriam distribuí-los pelas 9 Freguesias do Concelho. Ia haver freguesias que iriam receber mais do que as outras, mas assumia o compromisso de que depois de ser feito o levantamento de todos os caminhos existentes no Concelho seriam contratualizados com todas as Juntas de Freguesia e pago ao quilómetro. Ao nível dos investimentos iriam manter as apostas que tinham nomeadamente na regeneração urbana e manter a Zona Industrial da Cruz da Carreira como um dos principais investimentos prioritários. Tinham requalificações ribeirinhas no Choupal e no Castelo. Tinham um conjunto vasto de prioridades e investimentos, mas estavam sempre condicionados àquilo que era o esforço que a CM teria de despende no âmbito do serviço da dívida que condicionava o futuro. Tinham até 2023 um esforço brutal para pagar aquela dívida. Quanto ao prazo médio de pagamento a fornecedores era de 54 dias, o que constituía um motivo de grande orgulho. Não deviam esperar grandes notícias no próximo ano, porque ia ser muito difícil por força do serviço da dívida que tinham. Se não cumprissem tinham penalizações muito gravosas e era praticamente colocar a “troika” na CM. Não era isso que pretendiam, porque queriam continuar a ter autonomia de gestão e as prioridades bem defendidas. Aquele caminho tinha de continuar, exigia muita paciência e muita negociação, mas o que pretendiam era continuar na senda do rigor, da credibilidade perante todas as entidades com que se relacionavam e

trabalhavam todos os dias. Dava uma palavra de agradecimento a todos os serviços municipais que colaboraram na elaboração daquele Orçamento.

Almiro Moreira referiu que gostava de lembrar à AM como tinham chegado até àquele Orçamento e lembrar também que o PSD, em devido tempo, enviou ao Presidente da CM e da AM uma comunicação a dizer que pretendia que se cumprisse a Lei do Direito de Oposição que concedia ao PSD o direito de ter conhecimento do Orçamento antes do mesmo ser presente a reunião de CM, mas o Presidente da CM não tinha cumprido a Lei ao não enviar o orçamento ao PSD. Não bastava aquele facto, o Sr. Presidente da CM marcou a reunião de CM para o dia 29 de Outubro, mas não apresentou em devido tempo os documentos aos Vereadores do PSD. Mas, aqueles Vereadores, como sempre fizeram, aceitaram que a reunião se tornasse real e passassem para o dia seguinte, para que tivessem mais um dia para apreciarem o Orçamento. Ficou pasmado ao ouvir o Sr. Presidente da CM, na reunião da mesma, dizer que as propostas do PSD deveriam ter sido enviadas a tempo. Mas, como o PSD não conhecia o Orçamento não poderiam apresentar propostas. Numa atitude ainda menos democrática, não aceitou que as propostas do PSD fossem discutidas ou votadas, quando na reunião da C M estavam a discutir e a votar o Orçamento. O Sr. Presidente da CM tinha confundido maioria com absolutismo. Era verdade que o Sr. Presidente da CM tinha maioria na CM, mas tinha de se sujeitar às regras democráticas e deveria ter aceitado as propostas do PSD à discussão e votação. Aquela atitude teve muito pouco de socialista e que lhe tinha parecido muito mais fascista. O PSD entendeu não apresentar as propostas naquela reunião, uma vez que o Sr. Presidente da CM recusou que aquelas fossem discutidas e votadas, mas não deixou de dar conta delas aos paivenses e aos Membros da AM. Se aquelas atitudes já eram muito más, a reação que o Executivo e o PS tiveram às propostas que legitimamente o PSD apresentou vinham sobre a forma de uma linguagem vulgar para não lhe chamar insulto. Trazia mais uma vez o discurso da dívida, mas queria lembrar ao Sr. Presidente da CM que na página 36 do Plano de Saneamento Financeiro dizia que em 1998 já havia uma dívida de 10 milhões de euros. Àquela dívida, se fosse aplicado o índice de desvalorização da moeda à data atual, representava 11.016.000,00€. A dívida tinha uma história e não nasceu em 2009. O PS e o Sr. Presidente da CM diziam nas suas notas que o PSD deveria ter vergonha na cara por apresentar propostas, mas na sua opinião cada um era responsável pelos seus atos e não era responsável por atos que não tinha praticado. O Sr. Presidente da CM e o Executivo achavam que ele era responsável pelos atos dos antecessores, que eram do PSD. Mas, se assim fosse, teriam de ser coerentes, porque ficou a saber que brevemente o Sr. António Costa vinha a Castelo de Paiva e gostava de ver o Sr. Presidente da CM a dizer-lhe que também deveria ter vergonha na cara da dívida que José Sócrates deixou e do Executivo a que ele pertenceu. Se fizesse aquilo seria coerente, mas se não o fizesse e não tivesse aquela coragem sempre que o fizesse a nível local, iria ouvi-lo dizer que não podia dizer

uma coisa e depois dizer o contrário. Tinha lido no Jornal de Paiva que apresentavam um orçamento de rigor e transparência. Perguntou onde estava o rigor e a transparência. Como poderia alguém achar um orçamento transparente quando tinham uma rubrica de 4.518.212,43€, ou seja 1/3 da receita do orçamento e ninguém sabia de onde vinha. Tinha 250 mil euros para estudos e pareceres que ninguém sabia para o que era. Tinha 300 mil euros para outros trabalhos especializados e também não se sabia exatamente para o que seria. Estava a cingir-se aos documentos que recebeu como Membro da AM, porque infelizmente a memória descritiva daquele documento era nula. A rubrica “outros serviços”, tinha 627 mil euros que também não sabia para quê ou para quem. Quanto à questão da transparência, estavam esclarecidos, porque se fossem transparentes já poderiam ter dado os esclarecimentos na reunião de CM aquando da sua apresentação. Quanto ao rigor o Sr. Presidente da CM tinha acabado de o fazer na sua declaração com uma mensagem clara de falta de rigor, porque assumia claramente que ainda era um orçamento inflacionado, que era de 9 milhões de euros e não de 15 milhões de euros. Os Vereadores tinham dito que havia um erro na última linha do parágrafo 5º. da primeira página do texto que o Sr. Presidente da CM tinha escrito, mas no documento final o erro mantinha-se. No 5º. parágrafo da página 3 dizia-se que um dos constrangimentos do orçamento era porque a parte dos contributos do Estado tinha vindo a descer. Mas, era mentira, porque havia mais de 100 milhões de euros nas verbas para os Municípios nas verbas do Orçamento de Estado. No quadro 2 e 3 na página 5 e se reparassem no quadro 2 os dados de 2015 eram outros e no quadro 3 da página 15 tinham os mesmos dados do quadro 2, mas os dados de 2014 estavam errados. Já estavam mal na reunião de CM e mantinham-se no orçamento final. Mas, mais grave era quando diziam que aplicavam a fórmula do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), mas não a aplicavam. Se aplicassem aquela fórmula em bom rigor dizia que, 50% do valor era atribuído pela tipologia, 5% era o valor fixo, 30% tinha a ver com a população e 15% era distribuído pela área. Que daqueles 50% da tipologia, 50% era atribuído às freguesias com área predominantemente rural, 22% às freguesias com área maioritariamente urbana, e 28% às freguesias com área predominantemente urbana. A falta de rigor e o erro era porque o Sr. Presidente da CM tinha dito que tinha usado aquela fórmula para a distribuição e o reajuste que fez para as freguesias, mas não tinha usado, porque se o tivesse feito a Freguesia de Real teria mais 15 mil euros e Raiva, Pedorido e Paraíso teria menos 12 mil euros. O que foi usado e confundiu era a distribuição com fórmula. Mas, uma coisa era a fórmula e outra coisa era a distribuição. O que o Sr. Presidente da CM aplicou foi a distribuição do FFF de 2015, aplicou a mesma proporcionalidade à distribuição do FFF, mas não era a mesma coisa que usar a fórmula, porque apesar de achar que aquela fórmula era nacional e não se aplicava ao âmbito local, quando fazia aquilo, estava a distorcer o princípio da fórmula. Aqui também se via o rigor e, por isso, fazia o apelo claro aos Presidentes das Juntas de Freguesia que não aprovassem o Orçamento. Quando foi apresentado o Orçamento,

o Sr. Presidente da CM tinha dito que se não houvesse dívida podiam investir 10 milhões de euros, ou seja, se tivessem 2 milhões em fundos podiam investir os 10 milhões. Se o PSD e o Governo não tivessem cortado no Orçamento podiam ter muito mais. Havia muitos se's e, por exemplo, e segundo o raciocínio, na mesma lógica, se o Sr. Presidente da CM não tivesse dois adjuntos, que custavam ao Município 70 mil euros por ano, poderia investir 350 mil euros; se não tivesse um Diretor de Departamento que custava ao Município 56 mil euros por ano podiam investir 280 mil euros. Se não tivesse aberto um concurso para dois técnicos SIG que irão custar 43 mil euros por ano podiam investir 215 mil euros. Se não gastasse em auditorias, trabalhos especializados e em outros serviços, 1.300 mil euros, poderia investir 6 milhões de euros por ano. Se aquele Orçamento não fosse para pagar "favores" e ordenados "chorudos", poderia colocar à disposição da população cerca de 1.400 mil euros, o que daria para investir 7 milhões de euros no próximo ano e que aquele verba era 10% do Orçamento. Quando ouvia o Sr. Presidente da CM falar em solidariedade, a verba que estava afeta era 19.100 euros para o transporte solidário e 15 mil euros para o cheque farmácia, ou seja, estavam a falar de 6 meses de salários dos adjuntos do Sr. Presidente da CM que cobriam toda a solidariedade do Concelho de Castelo de Paiva. Apelava, também, sobre esta matéria ao voto contra. 4 Milhões de outras receitas de capital imaginário, questionou quantos daqueles 4.500.208,22€ de receitas de capital iriam ter na rubrica executada daquele orçamento. O terceiro apelo que o PSD fazia ao voto contra era o escandaloso favorecimento que era dado à União de Freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso. Porque aplicar uma distribuição de um FFF de âmbito nacional para uma coisa de âmbito local não cabia na cabeça de ninguém. Se aplicar a fórmula já era assumir que a transposição nacional se aplicava em cheio a Castelo de Paiva, quando estavam a olhar para o seu universo, porque a fórmula foi construída por ter proporcionalidade nacional e esta deferia muito da proporcionalidade local. Até se admirava muito com o Sr. Presidente da CM que estava sempre a dizer mal do governo, porque fazia medidas de régua e esquadro, mas quando teve oportunidade de não fazer uma medida de régua e esquadro, aplicava a régua e esquadro do Governo e aplicava-a mal, porque não aplicou a fórmula e era um erro crasso do Orçamento, apesar de ter assumido publicamente, que não o tinha feito. Aplicou sim a distribuição percentual da distribuição do FFF que era muito diferente de aplicar a fórmula. Ao aplicar uma fórmula nacional no âmbito local estava a cometer um erro gravíssimo de distribuição de proporcionalidade. Bastava ver o aumento de 67,5 para 90 na fórmula e a Freguesia de Fornos recebia mais 200 euros e que por isso se via o quanto aquela fórmula tinha perspetiva local, porque o Sr. Presidente da CM tinha aumentado uma verba em 27.500€ e com este aumento Fornos apenas ganhava 200 euros conforme estava no orçamento. O Orçamento tinha um erro de cálculo com claro benefício para a Freguesia da Raiva, em prejuízo das Freguesias de Real e Fornos. Entregou à Mesa um documento referente ao que tinha acabado de explicar. Solicitou aos Presidentes

das Juntas de Freguesia para que não deixassem passar aquele erro grave. Pensava que não tinha sido propositado aquele erro, mas aquele existia no orçamento. Elogiava o trabalho do PSD pela oposição construtiva que apresentou àquele Orçamento. Gostava de apresentar recomendações ao Executivo, no caso do orçamento ser chumbado, e de forma detalhada iria fazê-lo. Quanto à questão da natalidade propunha que se deveria dar um incentivo à natalidade em Castelo de Paiva de 200 € por nascimento a cada criança, durante o próximo ano, e que as famílias fossem apoiadas com 35 € mensais no primeiro ano. Quanto às bolsas de estudo no ensino superior, gostava que aumentassem para 50 bolsas contra as 10 bolsas atuais e que cada bolsa fosse de 100 € pelo período de 9 meses. Queriam uma maior autonomia das Freguesias, porque eram o mais descentralizado que existia, alargando a verba para 150 mil euros propunha uma fórmula local que se adaptasse mais ao conhecimento dos autarcas que tinham do Concelho. Queriam ter lançado o desafio, que se pudessem incluir nas grandes Opções do Plano de 2015 uma norma em que se abrisse a possibilidade de em 2016 discutirem um Orçamento Participativo em Castelo de Paiva, mas o Sr. Presidente da CM achou que não era adequado e nem sequer deixou que discutissem aquele assunto. Por último, referiu que gostava que fosse anexado ao Orçamento uma memória descritiva relativamente aos 4.518.212,43€ que estavam em outras receitas de capital e que segundo o POCAL era uma rubrica residual e que deveria ter valores residuais. Apelou à AM que votassem contra o Orçamento, porque era irreal, era suportado numa receita que não existia, era para pagar “favores” aos adjuntos, diretores, primos e era discriminatório, porque favorecia as Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso em prejuízo das restantes freguesias, com especial incidência as freguesias de Real e Fornos.

Vitor Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Real, referiu que subscrevia a indignação do Sr. Neca Rodrigues e tinha todo o seu respeito e solidariedade. Louvava a atitude do 2º. Secretário da Mesa pela coragem, que era bem-vindo à bancada do PS e tinha muita honra em estar ao seu lado. Quanto à questão da distribuição da dotação orçamental das freguesias, relativamente à limpeza e manutenção das vias municipais, e quanto à intervenção do Membro Almiro Moreira, aquele esqueceu-se que o antecessor do Presidente da CM transferia 7.500 euros para cada freguesia e que atualmente a Freguesia de Real recebia o dobro. Não se congratulava com aquele valor, achava que era insuficiente, que o critério não deveria ser aquele, mas sim por cada quilómetro que era limpo pela freguesia e não um critério cego que tinha a ver com a população e com a área. Tinha o compromisso, por parte do Executivo, que no próximo ano seria feita aquela retificação e seria feito quilómetro a quilómetro em termos de área limpa. Quanto à questão apresentada pelo PSD, a proposta que foi feita relativamente à votação orçamental, era uma medida populista sem qualquer contexto com a realidade. Aquilo era um mero apoio para limpeza e não uma transferência de subsídios sem

qualquer discriminação. A Freguesia de Real estava satisfeita com o critério que foi usado e solicitou ao Sr. Presidente da CM que, para o próximo ano, houvesse retificação e que atribuísse o subsídio de acordo com a área efetivamente limpa de cada freguesia.

Filipe Moura, Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, referiu que não ia entrar em contradição com o Presidente da Junta de Freguesia de Real, porque estava há um ano na Junta, mas não podia esquecer que o Sr. Presidente da CM há 5 anos que transferia 7.500 euros. Questionou se um funcionário da CM não podia ser contabilizado. Pois, para ter um funcionário na Junta de Freguesia tinha de pagar 7.000 euros. Quem tinha um funcionário da CM estaria a ser beneficiado em relação a uma Junta de Freguesia que não o tinha. Deveriam ter em atenção o artigo 121 da Lei 75/2013. Concordava que as freguesias como a Raiva, Pedorido, Paraíso e Real, as transferências tinham de ser diferentes, mas gostava de saber quantos funcionários tinha cada junta de Freguesia ao encargo da CM. Durante 5 anos à frente da Junta de Freguesia de Fornos nunca teve funcionário nenhum. Teve as reuniões preparatórias com a CM, mas lamentava porque quando chegava à reunião e questionava sobre se as regras iriam ser alteradas, porque a lei obrigava a que fossem feitos os levantamentos dos cadastros dos caminhos e depois faziam os acordos de execução, a resposta que teve foi que ia manter-se tudo igual, e que até se iam contratar dois funcionários SIG para tratarem daquele assunto, mas como tinham alterado as regras do jogo não era necessário contratar dois, bastava um. Naquela reunião foi dito pelo Executivo que a fórmula utilizada foi o FFF, mas já se tinha visto que afinal não foi. Referiu que, com aqueles valores, a Junta de Freguesia de Fornos não ia assinar o acordo de execução e estava à espera de ser chamado para negociar os acordos de execução como previa a Lei. Parecia-lhe que, mais uma vez, não tinha sido cumprida a Lei, porque os acordos de execução tinham sido retirados da reunião da CM, mas enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Fornos não tinha negociado nenhum acordo de execução para ser aprovado. Solicitava à Mesa que fizesse cumprir o artigo 121 da Lei 75/2013.

Rocha Pereira referiu que subscrevia na totalidade aquilo que foi dito pelo Vitor Pinho, no que respeitava à solidariedade demonstrada para com o Sr. Manuel Rodrigues e José Gonçalves. Quanto ao documento em debate assentava em meia dúzia de ideias que já tinham sido desenvolvidas pelo Sr. Presidente da CM aquando da sua apresentação. Referiu que, gostassem ou não, factos eram factos e a verdade é que o Plano de Saneamento Financeiro tinha de ser assumido, honrado por parte do Município, com os custos que dali advinham. O período de carência já tinha passado e o Município tinha de enfrentar os encargos que estavam por vir. No que respeitava à importância do montante de 2 milhões, para o Município eram inquestionáveis. Se a CM pudesse dispor daqueles 2 milhões de euros, que tinham de ser canalizados para a banca, poderia permitir ao Município apresentar candidaturas dos fundos comunitários que eram comparticipados a 80%. Quando

diziam que se tivessem 2 milhões de euros disponíveis permitiria avançar em empreendimentos de valor global de 10 milhões de euros. Questionou sobre o que o Município não faria se efetivamente pudesse avançar naquele sentido. Quanto à contribuição que era exigida ao Município para o Fundo de Apoio Municipal, não era uma gota, porque aquele fundo retirava ao Município cerca de 70 mil euros e em 7 anos contabilizava cerca de 473 mil euros e isto representava uma redução de receitas que decorria da política orientada a nível nacional. Quanto à questão do rigor, não podiam ignorar que efetivamente as contas do Município, há uns bons anos atrás, estavam marteladas e se o valor global dos orçamentos andava na casa dos 32 e se passados escassos anos passaram para um valor inferior a metade, achava que era um passo muito importante que tinha sido dado, no sentido do rigor, da verdade e da transparência dos números. Não podiam nem deviam, para aquilo que convinha, ter em consideração aquilo que era o discurso do poder central do Governo e do seu líder e, em termos do Município, virar costas àquele mesmo discurso porque não lhes convinha. Tinham de ser objetivos, encarar as coisas quer no contexto local, quer no nacional, com a mesma seriedade, visão, coerência e correção. Eram precisas políticas de rigor e tinham de ser bons pagadores, honrados naquilo que assumiam. O trabalho que estava a ser desenvolvido ia naquele sentido e se estava bem a nível nacional, porque é que devia estar mal a nível local. Quanto à questão de darem continuidade às políticas sociais, era verdade que o Município tinha uma preocupação social, quer fosse nos livros escolares, quer no transporte solidário para idosos carenciados, quer no que respeitava à loja social, ou ao cheque farmácia, ao IMI ou à taxa de IRS. Tudo aquilo tinha a ver com as pessoas, pessoas estas que estavam em primeiro lugar. Tudo o que fosse um esforço desenvolvido pela CM naquele sentido teria de ser sublinhado e teria de ter o apoio de todos. Quanto à preocupação no que respeitava à canalização de verbas para as Freguesias, decorriam daquilo que era possível e se tivessem em conta as transferências feitas, quer no que respeitava à limpeza e manutenção das vias municipais, na conservação e manutenção e aquecimento dos edifícios escolares, transportes escolares do 1º. Ciclo, a soma correspondia a 268.850,00€. Questionou se era muito ou pouco. No passado era menos. Era fácil dizer que havia erros crassos e gravíssimos da CM, mas lamentava muito que a voz do contrterrâneo Almiro Moreira não chegasse ao líder do Governo. Gostava que ele tivesse força política capaz para se fazer ouvir e então iriam falar, não de um orçamento simples, mas sim do Orçamento Geral do Estado. Aí gostava de ver se havia sensibilidade do Sr. Primeiro-ministro no que respeitava às políticas sociais, à saúde, às reformas ou à educação e se, de facto, fosse tido em conta aquilo que estava subjacente àquelas políticas, provavelmente viveriam num País completamente diferente. Mas será que ele tinha condições para responder àquelas pretensões? Todos sabiam que não. Era fácil dizer e reivindicar, mas era necessário que houvesse por parte de quem decidia a disposição de meios para fazer face àquelas políticas, só reclamar não chegava. Em seu nome e em nome do GM do PS, gostava de agradecer ao PSD, na pessoa do José Rocha, o facto de

lhes terem remetido o documento com as suas propostas. Em política só podiam avaliar a virtualidade das propostas alternativas quando elas eram concretas. Não se recordava, mas achava que era a primeira vez que alguém tinha a coragem de apresentar propostas concretas alternativas. Os Senhores Vereadores do PSD tinham a intenção de apresentarem propostas e não o fizeram, estavam na sua mão. A primeira proposta incidia em não haver futuro sem crianças e incentivo à natalidade, propondo 200€ por mês. Sabia que em Julho de 2014, a comissão independente, que foi criada a pedido do Primeiro -Ministro, tinha apresentado um conjunto de medidas de incentivo à natalidade, como reformar o Código do IRS, alterar o Código do IMI, alterar o código Imposto sobre Veículos, medidas sobre educação, saúde ou medidas de compromisso social das autarquias. Da proposta da comissão independente, criada para o feito, não havia uma linha no sentido de sustentar e recomendar que o combate daquele problema passasse pela atribuição de dinheiro aos pais das crianças, mas havia recomendações interessantes e concretas. A alteração ao código do IMI, cada município podia definir as suas quantias fiscais em sede de IMI e podiam diminuir a sua taxa de imposto, mas o Município de Castelo de Paiva já estava a concretizar aquela medida há já algum tempo e que estavam no bom caminho, de acordo com a recomendação feita por aquela comissão. Em relação à educação, as medidas propostas eram diminuir as despesas das famílias, com manuais escolares, através de revisão de critérios, tudo com vista ao incentivo, mas o Município de Castelo de Paiva também já tinha implementado aquela medida. Na área da saúde o Município dava resposta através do cheque farmácia e do transporte solidário. Quando o PSD vinha propor uma medida concreta para o combate à natalidade, achava que havia muito pouco a dizer sobre aquele aspeto, porque o Município estava adiantado no tempo em relação às propostas da comissão. No seu entender, este não era um modo adequado de combater um problema sério. A proposta seguinte do PSD tinha a ver com alargamento de bolsas ao ensino superior. Questionou qual era a diferença daquela proposta em relação ao que estava a ser implementado. Era apenas a diferença de montante, num acréscimo de despesa de 38.250€. Mas, o que significava era que a medida que estava a ser seguida pelo Executivo estava correta. Quanto à autonomia das freguesias e das transferências o que estavam a discutir era o aumento do montante, porque no Orçamento estavam 90.000€ e o PSD defendia que deveria ser de 150.000€, mas se não houvesse dinheiro para distribuir, poderiam discutir os critérios, mas não valia a pena, porque não havia nada para partilhar e , mais uma vez, o caminho a seguir estava correto e o PSD não se demarcava nem o punha em causa. Se tivessem em conta que o valor global do Orçamento era de 15 milhões e se pusessem de lado a respeitável intervenção do Almiro Moreira, no que dizia respeito ao que foi o seu discurso, o que verificavam era que as propostas que os Vereadores do PSD tencionavam apresentar na CM traduziam-se em termos de diferencial de dinheiros em 173.250€ e, para um Orçamento de 15 milhões, aquilo significava que o PSD mudaria de modo diferente 1,2% do valor global do Orçamento. Questionou o PSD,

em termos concretos, o que é que distinguia a sua proposta da que a CM apresentou. Perguntando se era relevante 1,2%. Quanto à questão do orçamento participativo, sempre tinha pugnado pela implantação dos orçamentos participativos. Mas, no documento que lhe foi remetido não era dada a explicação para a questão decisiva, onde iria o PSD buscar os 100 mil euros. A proposta podia ser muito bem intencionada, mas no que respeitava à sua concretização ela ficava manca. Sabia que a intenção era que o assunto fosse discutido em 2015 para ser implementado em 2016. Pessoalmente, via com bons olhos que fosse possível dar passos no sentido da implementação dos orçamentos participativos, porque era adepto daquela solução, achava interessante e seria de ter em consideração. Por último, referiu que pelas virtualidades que o documento encerrava, verificava-se que era muito exígua a diferença e o percentual daquilo que separava a proposta do orçamento do sentido de voto do PSD. Era necessário seguir o rumo do rigor da seriedade, da honradez e de políticas sérias, porque as pessoas estavam em primeiro lugar. Esperava que no futuro, o PSD continuasse a manter aquela prática que era positiva, porque permitia aferir, comparar e discutir as propostas concretas. Dali a um ano a proposta que viesse da oposição iria ser muito mais fundamentada do que a atual.

Almiro Moreira esclareceu que quanto ao Fundo de Apoio Municipal era certo que o Município iria despende de uma verba anual de 67.500€, nos próximos 7 anos, mas estava a contribuir para um fundo e não para um saco roto. Tinha retorno e até poderia ser pago com juros, dependendo do desempenho do fundo. Referiu que notou a ausência de uma única palavra da parte do líder do GM do PS acerca dos 4,5 milhões de euros que estavam em outras receitas de capital, porque parecia que não se importava em saber de onde vinha aquela receita. Também não proferiu uma única palavra ao facto de o Sr. Presidente da CM não ter aceite as propostas do PSD na reunião de CM. Relativamente à natalidade lamentava que o Membro Rocha Pereira não estivesse presente na AM de Setembro em que tinha feito referência ao estudo da natalidade e se reparasse no mesmo, a referência mais importante era que não havia fórmulas mágicas para a natalidade e que cada um devia no seu concelho ou localidade aplicar a imaginação para que a natalidade se pudesse inverter.

Mónica Rocha, em substituição do Presidente da União de Freguesias de Raiva, Pedorido Paraíso, referiu que pedia desculpa às pessoas do Couto Mineiro do Pejão, porque largamente eram beneficiados com 30 mil euros, o que era uma diferença enorme. Disse à bancada do PSD para reunirem com os membros da Assembleia de Freguesia do PSD para votarem contra o Orçamento, porque estavam a ser beneficiados com 30 mil euros. Agradecia e parabenizava o facto de estarem a aumentar em cerca de 7.500 euros a União de Freguesia de Raiva, Pedorido e Paraíso, mas não tinha culpa que aquela freguesia tivesse 50 KM² e quase 5 mil habitantes e, se calhar, na próxima campanha eleitoral teria de pedir desculpas à

Freguesia. Para responder ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, esclareceu que tinham cerca de 12 funcionários e tinham 1 funcionário da CM.

Vereador José Manuel Carvalho referiu que muito já tinha sido dito sobre o Orçamento que estava a ser apreciado, mas tinha ficado claro para todos que o orçamento de 2015 estava muito condicionado por aquilo que teria de ser a sua execução e o pagamento do serviço da dívida. Para um orçamento de 15 milhões de euros, cerca de 2 milhões de euros estavam condicionados e teriam de ser refletidos naquilo que terá de ser o pagamento do serviço da dívida que advinha do que foi contratualizado pelo Executivo no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro (PSF) e também do Plano de Regularização de Dívidas (PRED). Ambos os planos de saneamento da dívida, quer o PRED quer o PSF, serviam exclusivamente para liquidar dívida que existia e que teve de ser assumida pelo Executivo. O Membro Rocha Pereira, na sua intervenção, referiu o esforço feito pelo Executivo relativamente ao PSF, mas dos 2 milhões de euros que tinham de pagar em 2015, 733 mil euros reportava-se ao PRED. Em relação às inscrições nas dotações iniciais do orçamento de outras receitas de capital de valor significativo, também já foram tecidas considerações sobre a história do Município e dos seus orçamentos e que, porque diversas vezes também foi referido, o Executivo que entrou em funções em 2009, assumiu um orçamento de 32 milhões de euros, clarificou que aquele valor não foi um mero acaso e não aconteceu apenas naquele ano. Era um hábito do Executivo anterior apresentar orçamentos inflacionados e que rondavam os 30 milhões de euros. Referiu que em relação às receitas de capital, o orçamento para 2015 apresentava uma previsão de receita de capital em outras receitas de 4,5 milhões de euros. Se fizessem uma comparação, não só em relação a outras receitas de capital, mas a três rubricas que sabiam que eram essenciais e que tinham uma execução residual, que eram as outras receitas de capital, as vendas de bens e investimentos e as outras receitas correntes, que no caso rondava os 5 milhões de euros as três somadas. Mas, em 2005 eram 16 milhões, em 2006, 16 milhões, 2007, 16 milhões, 2008, 15 milhões, 2009, 21 milhões e que estes eram os dados concretos. O Membro Almiro Moreira referiu que o Sr. Presidente da CM assumiu a despesa de 56 mil euros a mais com o compromisso que teve com o Diretor de Departamento, mas era incorreto. Como sabiam o Diretor de Departamento, que assumiu funções, era o Chefe de Divisão e a despesa salarial que existia com aquele funcionário mantinha-se acrescida com o diferencial entre o Chefe de Divisão e o Diretor de Departamento. Não valia a pena tentarem escamotear o que era verdade. Quanto aos Técnicos SIG, sabiam que estava em causa um procedimento interno e quem poderia concorrer tinha de ter vínculo à função pública. Se já sabia quem eram os funcionários, também devia dizer a verdade, porque o valor que apresentou em relação aos salários também não correspondia à verdade, porque eram salários de funcionários que já estavam em funções. Em relação ao FAM, o Município de Castelo de Paiva, apesar de todas as dificuldades, terá de contribuir com 67.500€

para aquele fundo. O que o irritava era apesar de terem a situação que tinham, que estavam a tentar cumprir com rigor aquilo que eram as regras orçamentais e de execução, a pagar a tempo e horas, e depois tinham de contribuir com uma verba de 67.500 € para o Fundo que ia ser pomposamente lançado num orçamento de 85 milhões de euros como era o caso da CM de Aveiro. Foi dito que tinha de haver bolo, mas o bolo que tinham para o próximo ano era escasso, estavam próximo da realidade das receitas, mas estavam muito condicionados para aquilo que era a despesa corrente, porque a CM dependia muito daquilo que eram as transferências do Estado e tinham uma despesa corrente que condicionava a sua execução e, como também já tinha dito, o serviço da dívida em cerca de 2 milhões de euros, o que representava um esforço muito grande em termos de execução. Aquele orçamento era condicionado, por todas as condicionantes. Estavam no caminho certo e, por isso, estava certo e seguro que a AM iria aprovar aquele Orçamento.

Almiro Moreira interveio para questionar de onde é que vinham os 4,5 milhões de euros em outras receitas de capital.

Vereador José Manuel Carvalho respondeu que os 4,5 milhões de euros vinham precisamente do mesmo sítio de onde vieram os 16 milhões que foram apresentados em 2009, 2008, 2007 e 2006. Havia um princípio basilar de orçamentos, que era o equilíbrio orçamental, e a receita tinha de corresponder à despesa.

Colocado à votação o Orçamento da CM para 2015, a AM deliberou por maioria aprová-lo, com 9 votos contra (PSD), 2 abstenções (PSD, Presidente J.F. Sardoura e Sobrado e Bairros) e 15 votos a favor (14 do PS e 1 independente).

Colocado à votação as Grandes Opções do Plano da CM para 2015, a AM deliberou por maioria aprová-lo, com 9 votos contra (PSD), 2 abstenções (PSD, Presidente J.F. Sardoura e Sobrado e Bairros) e 15 votos a favor (14 do PS e 1 independente).

Colocado à votação o Mapa de Pessoal da CM para 2015, a AM deliberou por maioria aprová-lo, com 9 votos contra (PSD), 2 abstenções (PSD Presidente J.F. Sardoura e Sobrado e Bairros) e 15 votos a favor (14 do PS e 1 independente).

Ricardo Jorge pediu um ponto de ordem à Mesa, porque já tinha ouvido alguém dizer que ia embora pelo adiantado da hora e como tinham um ponto que requereram, como ainda iam demorar bastante tempo, como ainda havia a intervenção do público e como, infelizmente, apreciar a conduta do Presidente da AM era um tema sempre atual, retiravam o ponto 7.A, para que a AM terminasse e iriam fazer um requerimento para a próxima sessão.

Como ninguém se opôs à retirada do ponto 7.A, a AM deliberou, por unanimidade, retirar aquele ponto da Ordem de Trabalhos.

Ausentaram-se o Presidente da União de Freguesias de Sobrado e Bairros e o Membro Rocha Pereira.

6. FIXAÇÃO DE PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO NO IRS SOBRE OS RENDIMENTOS PARA O ANO DE 2015 (APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO).

Presente a proposta da CM e respetiva informação dos serviços que se dão aqui como integralmente reproduzidas e ficam arquivadas na pasta anexa a esta ata.

Almiro Moreira referiu que, na sessão da CM, o PSD tinha uma proposta sobre a forma como aquela verba poderia ser distribuída em reforço de verbas na educação e queria dar nota do porquê dos Vereadores do PSD terem votado contra na CM, porque tinham uma proposta alternativa.

Colocada à votação a AM deliberou por unanimidade aprovar a proposta de fixação de 4% na participação do Município no IRS em 2015.

7. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DE 14.07.01 A 14.09.30 (3º. TRIMESTRE). TOMADA DE CONHECIMENTO.

Presente uma informação dos serviços e respetiva listagem que se dão aqui como integralmente reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa a esta ata.

A AM tomou conhecimento.

7.A-APRECIAÇÃO DA CONDUTA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PERANTE O PEDIDO DO GM-PSD DE LHE SEREM ENTREGUES CÓPIAS DAS GRAVAÇÕES ÁUDIO DAS REUNIÕES E SESSÕES JÁ REALIZADAS, EFETUADO EM 17.04.2014 E REITERADO EM 07.05.2014 (ARTº. 54º., Nº. 2 DO REGIMENTO) E POSIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL QUANTO AO PEDIDO. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS. VOTAÇÃO.

Retirado este ponto

8. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Jorge Quintas, residente em Real, referiu que o desafio que o Membro Almiro Moreira tinha feito ao Presidente da CM não iria ser correspondido, porque ele próprio também ia dar os parabéns ao António Costa por ter pertencido a um Governo que fez muito pelo País, como foi o caso de ter acabado com o estado de mordomias de muitas classes, acabou com as reformas ao fim de certos mandatos, pelo plano tecnológico que pôs Portugal no top, a nível mundial, no que respeitava às energias renováveis, pelo programa de novas oportunidades, pela intervenção que fez no parque escolar, pela construção de hospitais, pelo apoio à terceira idade, do inglês na escola primária, do alargamento do pré-escolar a todas as crianças e que eram coisas que honravam e orgulhavam qualquer socialista e que ia ter oportunidade de o felicitar. Não tinha sido tudo bem feito, mas muita coisa foi bem

feita. Felicitava a CM pela coragem de ter alterado a verba em relação à limpeza dos caminhos pelas Juntas de Freguesia. Aquela verba foi implementada no mandato do Presidente Joaquim Quintas, que resolveu atribuir uma verba igual todas as Freguesias. O PSD esteve 12 anos na CM, um Membro da AM do PSD, durante todos aqueles anos, reclamou contra aquela distribuição, mas só agora houve coragem de alterar e ainda de alargar o apoio que as Juntas reclamavam e tinham dado um grande passo. Na sua opinião, achava que as propostas do PSD eram uma cópia do que a CM já estava a fazer e que apenas lhe deram uma apresentação diferente. Recordava-se que nos 5 anos de mandato de Gonçalo Rocha, o apoio que tinha sido dado às escolas, aos alunos, à terceira idade, o apoio solidário e o transporte e que aquilo era gerir e ter atenção às pessoas. A política só valia a pena quando as pessoas estavam em primeiro lugar. Honra se deveria fazer à CM, que não fazia milagres, mas fazia uma gestão rigorosa dos dinheiros e tinha contribuído para a felicidade e melhoria de vida dos paivenses. Estava muito triste com o que se passava na AM. Foi membro da AM durante 4 anos e, quando entrou para a AM, pensou que ia ser terrível, porque o Presidente era o Dr. Lopes de Almeida, mas as coisas foram andando. Desde as últimas eleições, nunca houve paz na AM e nem sabia que tratamento é que a rádio ia dar àquelas notícias. Era mau demais, porque o que se tinha passado era gravíssimo. O Sr. Presidente da AM tinha dito uma coisa e o Secretário tinha dito outra, que um deles estava a mentir, porque não havia duas verdades e que aquelas situações passavam-se de Assembleia em Assembleia. A AM existia para fiscalizar, acompanhar, sugerir, que o Presidente da Mesa deveria dirigir os trabalhos e não criar conflitos. Era tudo por causa do Sr. Presidente da AM, pela maneira que dirigia os trabalhos. Sempre que o Presidente da AM intervinha as pessoas voltavam-se contra ele. Fazia lembrar aquele indivíduo que entrava na autoestrada em contramão e os que viessem de frente é que estavam mal. O Sr. Presidente da AM já tinha feito uma votação em que ficou sozinho e perdeu, porque tanto o PS como o PSD tinham votado contra ele. Achava que deveria haver um bocado de calma, de paz na AM e que se deveria dignificar aquele órgão.

Ausentaram-se os Membros Ricardo Jorge e Lopes de Almeida.

Deolinda Martins Sousa, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, referiu que agradecia à CM pelo apoio à Junta de Freguesia de S. Martinho. Louvava a atitude que a CM dava ao apoio social, que era de extrema importância para algumas famílias, como o transporte solidário, cheque farmácia e o apoio na educação. Por último, apelou ao bom senso de todos na AM, porque tinha assistido a boas intervenções, outras menos boas e algumas com falta de nível. Não se podiam esquecer para aquilo que tinham sido eleitos, que tinham um papel, uma posição que deveriam honrar. Os superiores interesses dos paivenses deviam ser uma prioridade. O que tinha assistido eram guerras partidárias e em alguns casos guerras pessoais. Lamentava que quem estava de fora, sem poder dizer ou fazer

alguma coisa, assistisse àquelas faltas de nível. Todos deviam ter respeito e bom senso pelo órgão e por aquilo que o povo esperava da AM.

Presidente da AM referiu que subscrevia o que acabava de ser dito. Desejava um Bom Natal e um Bom Ano Novo a todos e aos Paivenses em geral. Podiam continuar com a guerra ou guerrilha ou conspiração contra o Presidente da AM. Não eram todos, mas sim dois ou três, e as intervenções resumiam-se todas aí. Referiu que a maior parte dos membros da AM ainda não eram nascidos e ele já lutava pela democracia e viveu no tempo do fascismo. Virem à AM (Neca Rodrigues) dizer que a lista pelos quais foi eleito lhe tinha apelidado de ditador e fascista, obviamente que gostava de saber onde ele soube. E depois diziam que não havia conspiração. Afirmou, ainda, que foi dito, estava gravado e ia reler o que tinha sido dito e que nunca lhe tinham chamado aquilo na sua vida. Não era um ditador nem fascista, que já tinha sofrido muito por lutar contra aquilo. O Presidente da AM, cidadão paivense, com a idade que tinha, não faltava nunca, conscientemente, à verdade. Nunca condicionou ninguém na AM pela livre expressão e que o insultavam e ofendiam com aquilo. O que foi dito na AM era um insulto grave, uma tentativa óbvia de destruição, de problemas mal resolvidos, eventualmente no interior dos Partidos. Havia um problema que o PS tinha de resolver. Partia no dia que quisessem, embora a democracia pudesse não passar por aí, deveriam resolver as questões em casa, mas chegava de insultos e maus tratos. Ele não era isso que tinha saído na rádio. Se fizessem um balanço do ano da AM havia momentos altíssimos em que todos se podiam rever, orgulhar e bater palmas e, de resto, podia reproduzir os textos onde em nome da AM e do Concelho de Castelo de Paiva fez intervenções que estavam escritas e, naturalmente, eram de nível diferente de intervenção em nome e representação da AM. Não foi tudo mal. A tomada de posse foi excelente, assim como a primeira AM, que foi pacífica. No final do ano fez-se um debate sobre a Justiça como nunca tinha acontecido em Castelo de Paiva, nem em nenhuma AM. Convidou todos os Partidos que concorreram às eleições, convidou todos os deputados da Assembleia da República, o Bastonário da Ordem dos Advogados. Na excelente comemoração dos 40 anos do 25 de Abril, que foi democrática, deviam ler o que ele tinha dito, com calor e entusiasmo e não foi um ditador nem um fascista, porque aquele sentimento nunca andava com ele. Pediu que vissem a dignidade como tinha recebido o Primeiro-ministro e o que tinha dito em nome da AM. Que vissem o papel na ida ao Luxemburgo, a homenagem que foi feita a quatro personalidades históricas do concelho. Só havia questões pessoais e houve uma tentativa de coisas que ainda não quiseram dizer, mas não estava a dormir. Não estava agarrado ao poder, podia partir, mas quem o tinha eleito tinham sido os Paivenses. Lançou um desafio: se aquilo não funcionava, deveriam renunciar todos ao mandato que ele também renunciava e iam a eleições e dever-se-iam candidatar todos e depois viam o que é que o povo decidia. Houve eleições, houve resultados e todos tinham de respeitar e se alguém se enganou na lista onde devia concorrer o

problema não era seu. Era absolutamente fiel e os representantes sabiam disso. Houve quem enveredasse pelo caminho errado para destruir e fazer desaparecer o Presidente da AM. O problema de Castelo de Paiva não era, não foi e nunca será o Presidente da AM e que não era por ele que a AM não subia de nível. Já tinha tido, naquele ano, momentos altos e eventualmente irrepetíveis. Estavam a prestar um mau serviço à democracia, ofenderam o Presidente da AM e tinha a certeza que muita gente não se revia. Como estava gravado, iria pedir a transcrição de alguns termos pouco elegantes que foram usados por Neca Rodrigues. Registou, também, quem foram os dois ou três que se solidarizaram com Neca Rodrigues, mas com Gouveia Coelho não. Se escolhessem colocá-lo entre a espada e a parede, iria escolher a espada, morria em combate e se quisessem teriam de passar por cima do seu cadáver para se verem livres dele. Tinha muito trabalho para fazer, era muito querido e adorado em muitas assembleias muito maiores que aquela e que era muito bem-sucedido. Se queriam, naquela lógica de que os velhos estavam a mais, livrar-se dele, mas velho na política não era quem tinha nascido há mais tempo, mas sim quem tinha perdido a capacidade de sonhar, quem tinha deixado de ter objetivos e quem deixava de lutar e nesse aspeto não era velho, era jovem, e podiam contar com ele. Se ninguém quisesse defender e solidarizar-se com ele poderiam continuar a solidarizar-se com Neca Rodrigues, com aquele tipo de linguagem, que não era o seu, que podia pôr vigor no que dizia mas tinha cuidado com a linguagem e não ofendia ninguém. Estava vivo e podiam contar com ele, quer a AM quer a CM, quer Castelo de Paiva, porque havia muito que fazer. O problema de Castelo de Paiva não era o comportamento da AM. Não era ali que se ia resolver o problema do desemprego e da natalidade. Andavam a roubar as reformas em Castelo de Paiva, havia muitas pessoas idosas que trabalharam muito e outras que andavam por aí que nunca trabalharam e até já tinham reformas por terem sido autarcas. Havia tantas coisas e problemas tão importantes em Castelo de Paiva para intervirem, mas podiam contar com ele. Deu nota das atividades em que o Presidente da Mesa representou a AM: esteve na inauguração do espaço multiusos em homenagem ao Sr. Joaquim Castro em Real, no lançamento do Livro Comemorativo da Escola de Música, na homenagem ao Dr. João Pinto Ribeiro e outras personalidades onde fez uma intervenção, na Feira do Século da ADEP, na sessão comemorativa dos 25 anos do Vale do Sousa em Lousada e na reunião com os Presidentes das Câmaras de Castelo de Paiva, Gondomar e Santa Maria da Feira na Lomba.

A sessão foi encerrada às 01h40, tendo-se aprovado a minuta desta ata, nos termos do nº. 3 do artigo 57º. da Lei nº. 75/13, de 12 de Setembro.
